



**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS - PMGPP**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO VIABILIZADORA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: A VISÃO DE ACADÊMICOS DA UDESC**

ALFREDO BALDUÍNO SANTOS

ITAJAÍ (SC), 2012

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA -
PROPPEC
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS - PMGPP**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO VIABILIZADORA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: A VISÃO DE ACADÊMICOS DA UDESC**

ALFREDO BALDUÍNO SANTOS

**Dissertação apresentada À Banca Examinadora
no Mestrado Profissional em Gestão de
Políticas Públicas, da Universidade do Vale do
Itajaí – UNIVALI, sob a orientação do Profº Dr.
Stavros Wrobel Abib como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre em Gestão
de Políticas Públicas.**

ITAJAÍ (SC), 2012

Dedico esta dissertação...

Aos sujeitos do estudo, por desvelarem suas percepções, anseios e expectativas sobre a experiência de fazer extensão universitária, com tamanha riqueza de informações.

Aos meus queridos pais, Quirinã e Balduino, in memoriam, em especial minha mãe, guerreira incansável disposta a nos dar sempre o melhor: dignidade e sabedoria para a escolha do caminho certo;

A minha filha, sempre Layrinhá, que nestes últimos 19 anos têm trazido alegria e a certeza de ser uma filha digna de muito amor;

As minhas duas famílias, Marques e Santos, grandes incentivadoras e alicerces da minha vida;

Ao grande ancião José Eloir Marques, que com simplicidade une estas duas famílias;

Ao meu pai herói Lael Martins Nobre, por apontar os caminhos da vida;

em especial, a minha amada esposa, Vera Márcia, que nunca deixou de acreditar em mim, colocando-se como fiel parceira, companheira e cúmplice nos momentos de prazer e de desespero, com todo amor de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao final de dois anos percebo que estou apenas começando, pois este estudo foi fruto de esforços coletivos, destaco e agradeço aos principais co-responsáveis por sua concretização:

À Deus, por conceder-me o direito à vida, ao desafio de existir e pelo cuidado e respostas as minhas orações nos momentos difíceis da caminhada;

À minha Família, pois muitas vezes deixamos de lado este convívio para todas as horas de exaustão física e psíquica e também agora, neste compartilhamento de mais uma etapa cumprida;

In memoriam à Mestra na UDESC, Professora Elizabete Anderle, com quem iniciei minha trajetória extensionista;

Ao orientador e amigo, Prof. Dr. Stavros Wrobel Abib, pela maestria acadêmica e ensinamentos que me guiaram na construção deste trabalho com paciência e sabedoria; e principalmente pela sensibilidade e destreza com que lapidou meus anseios, tornando-me uma pessoa melhor;

À Prof^a. Dra. Adriana Rossetto, pelos encaminhamentos dados no início desta trajetória, essenciais para a condução do estudo;

Ao Prof. Flávio Ramos, por sua disponibilidade em ser nosso guia nos momentos mais difíceis desta caminhada;

Ao Prof. Antônio Carlos dos Anjos Filho, pela presença constante e por ter me instigado acerca da importância do trabalho extensionista;

Ao Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade na UDESC, um grande amigo que me possibilitou vislumbrar na extensão universitária, uma proposta de Política Pública;

Ao amigo irmão Prof. Renildo Nunes que sem duvidas foi um grande incentivador de minha carreira acadêmica;

À Prof^a. Nadirlene Gomes que trouxe de Salvador o calor da vida, grande incentivadora de última hora;

À todos as Professoras e Professores Pesquisadoras(es) do Programa de Pós-Graduação em Gestão Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, pela qualidade acadêmica do curso de Mestrado, e pela militância e importância destinada as Políticas de Estado em prol de uma sociedade mais justa;

Aos servidores técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em Gestão Políticas Públicas, em especial a Tânia e a Luiz, pela paciência e profissionalismo com que conduziram todo esse processo;

Aos Colegas do Programa pela cumplicidade com que discutimos as problemáticas em torno da temática Políticas Públicas e pela importância ímpar no meu processo de crescimento acadêmico, tornando a caminhada pelas disciplinas ministradas mais prazerosa e gratificante;

Ao Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, pelo apoio necessário para o desenvolvimento da pesquisa;

Aos amigos e familiares que durante essa trajetória estiveram presente, apoiando-me com carinho e incentivo.

RESUMO

SANTOS, Alfredo Balduino. **Extensão Universitária como viabilizadora de políticas públicas: a visão de acadêmicos da UDESC**. 2012. 97 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade do Vale do Itajaí Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas. 2012 (Orientador: Prof^o Dr. Stavros Wrobel Abib).

A extensão é de suma importância no sentido de fazer da Universidade um ator presente no desenvolvimento e na resposta às demandas sociais, podendo oferecer subsídios para políticas públicas locais que garantam a continuidade das ações a fim de se intervir sobre estas demandas. Objetiva-se nesta pesquisa, analisar na percepção de acadêmicos extensionistas do Núcleo Extensionista Rondon da Universidade do Estado de Santa Catarina – NER/UDESC, quanto a relação entre extensão universitária e políticas públicas. Buscamos ainda analisar o processo de inserção, desvelamento e intervenção na realidade, a partir da experiência discente na extensão universitária; Analisar a extensão universitária enquanto política educacional que orienta políticas públicas locais; Identificar as contribuições do NER/UDESC para a formação acadêmica. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, realizada com 46 discentes da Universidade Estadual de Santa Catarina com experiência em ações extensionistas vinculadas ao NER/UDESC. Utilizou-se como técnica de coleta de dados o questionário. Os dados foram organizados com base na análise de conteúdo de Bardin, revelando as seguintes categorias e subcategorias: Percepção acerca da extensão (Ação para comunidades carentes; Ação acadêmica para a comunidade; Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade; Ação político-social); Extensão universitária enquanto política pública (A inserção na realidade; O desvelamento da realidade social; A ação extensionista; possibilidades de políticas públicas locais); Contribuições da extensão para a formação acadêmica (Consciência profissional e cidadania; Trabalho em equipe; Relacionamento interpessoal; Visão interdisciplinar; Oratória em público). Essa pesquisa revela a importância das ações extensionistas para a produção do saber, contribuindo para o avanço do estado da arte sobre “ensino-pesquisa-extensão”, tripé este que ainda requer exercício de indissociabilidade.

Palavras-Chave: Extensão universitária; Ações extensionistas; Políticas Públicas; Formação acadêmica; Pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

SANTOS, Alfredo Balduino. **University Extension activity as an enabler of public policy: the views of UDESC students.** 2012. 97 p. Dissertation (Professional Master's degree in Public Policy Management) - University of Vale do Itajaí, Professional Master's degree Program in Public Policy Management. 2012 (Supervisor: Prof. Dr. Stavros Wrobel Abib).

Extension studies are of paramount importance for making the University an actor in development and response to social demands, offering support for local public policies that ensure the continuity of actions, seeking to play an active role in meeting those demands. The aim of this research was to analyze the views of extension students of the Nucleus Extension Rondon State University of Santa Catarina - NER/UDESC in terms of the relationship between university extension and public policy. It also aims to analyze the process of insertion, disclosure and intervention in the reality, based on the experience of university extension students; to analyze the extent of university education as a policy that guides local public policies; and to identify the contributions of NER/UDESC for academic training. This exploratory study, which uses a qualitative approach, was carried out with forty-six students from the State University of Santa Catarina with experience in extension activities linked to the NER/UDESC. A questionnaire was used for the data collection. The data were organized based on Bardin's content analysis, revealing the following categories and subcategories: Views on extension activities (Action for disadvantaged communities; Action for the academic community; Action of knowledge exchange between university and community, political and social action) Continuing education as a public policy (insertion in reality; The unveiling of social reality; extension activities; possibilities of local public policies), and Contributions of the extension activities to the student's training (Professional integrity and citizenship, teamwork, interpersonal relationships; interdisciplinary approach; Public speaking). This research shows the importance of extension activities for the production of knowledge, contributing to the advancement of state-of-the-art knowledge in "teaching-research-extension," a threefold concept that still needs to realize its indissociability.

Keywords: Continuing education; Extension Activity; Public Policy Education, Qualitative Research.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
DF	Distrito Federal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Sertão
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
MD	Ministério da Defesa
NER	Núcleo Extensionista Rondon / UDESC
PR	Paraná
SC	Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

1 – Quadro de categorias e subcategorias da pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO 01	
A Extensão Universitária Brasileira – Perspectivas histórica.....	20
CAPITULO 02	
Políticas Públicas e Políticas Educacionais.....	27
2.1 A Extensão Universitária na UDESC	27
2.2 O NER/UDESC: Possibilidades de Implementar e Viabilizar Políticas Públicas a partir da Extensão Universitária.....	36
CAPITULO 03	
METODOLOGIA.....	38
3.1 Caracterização do estudo.....	38
3.2 Contexto e caracterização do estudo.....	39
3.3 Seleção do publico participante.....	42
3.4 O Processo de coleta e análise de dados	43
3.5 Questões éticas	45
CAPITULO 04	
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	46
4.1 Percepção acerca da extensão.....	47
4.1.1 Ação para comunidades carentes.....	47
4.1.2 Ação acadêmica para a comunidade.....	49
4.1.3 Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade.....	50
4.1.4 Ação político-social.....	52
4.2 Extensão universitária enquanto política pública.....	54
4.2.1 A inserção na realidade.....	54
4.2.2 O desvelamento da realidade social.....	56
4.2.3 A ação extensionista.....	57
4.2.4 Possibilidades de políticas públicas locais.....	59
4.3 Contribuições da extensão para a formação acadêmica.....	61

4.3.1 Consciência profissional e cidadania.....	61
4.3.2 Trabalho em equipe.....	63
4.3.3 Relacionamento interpessoal.....	64
4.3.4 Visão interdisciplinar.....	66
4.3.5 Oratória em público.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICES.....	78
APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de Dados.....	78
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
ANEXOS.....	81
ANEXO A – Resolução n. 007/2001.....	
ANEXO B – Portaria n. 1192/2010.....	

1- INTRODUÇÃO

A Universidade tem como fim a produção de conhecimentos e sua socialização junto a sociedade, o que coloca a extensão universitária em condição de destaque. Na concepção de Marscovitch (1994), a extensão é de suma importância no sentido de fazer da Universidade um espaço presente nos projetos nacionais de desenvolvimento e na resposta às demandas sociais.

Sob a justificativa de que as pessoas comuns financiam as Universidades, principalmente as Universidades públicas, Leita e Nunes (2009) pontuam que as ações de extensão possibilitam um retorno social.

Quando gestores da Universidade do Estado de Santa Catarina colocam em seu Plano de Metas, “Excelência com responsabilidade social”, inclui-se aí a formação de profissionais comprometidos para com o desenvolvimento social e para com vida, capazes de refletir criticamente sobre o que está a sua volta e pensar medidas de intervenção que proporcionem uma melhor qualidade de vida para o conjunto da sociedade. Desta forma, a Universidade tem um compromisso com a formação de profissionais mais críticos, sensíveis com a realidade social e com visão humanista (ARROYO, ROCHA, 2010).

Esta experiência, a partir da extensão é relevante no contexto da formação acadêmica porque nela está contida a ideia de construção de uma sociedade, justa e solidária, uma vez que instiga a necessidade de desenvolvimento, integração nacional e o preparo dos universitários para a cidadania (SANTOS; MENDES, 2005). Por trabalhar com estudantes de diversas áreas, as ações de extensão possibilitam a integração de saberes, além da articulação de ações, na perspectiva da integralidade como princípio constitucional a ser buscado no cotidiano das práticas dos profissionais.

Neste sentido, as ações de extensão podem ser uma possibilidade real de inovação do ensino, proporcionando a inserção de alunos, técnicos universitários e professores na realidade social e propiciando ao pesquisador a corroboração, ou não, de sua produção teórica, bem como novas pesquisas fundamentadas em experiências vividas nas ações de extensão. Santos et al (2011) acrescentam que um ensino de qualidade garante a comunicação e a articulação entre os diferentes cenários de aprendizagem: a graduação, espaços de prática e as necessidades da

comunidade, elementos essenciais para a efetivação da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

A este respeito, Cardoso (2007) defende que mais que modelos retirados da Universidade e estendidos à comunidade, os projetos de extensão devem buscar uma comunicação com os espaços, funcionando como via de mão dupla: leva-se algo aos centros comunitários e, com uso de uma “escuta sensível”, se identifica as informações acerca de suas necessidades, o que orientarão ações de melhoramento. Este diálogo enriquece a relação e propiciaria resultados mais vantajosos para ambos os polos.

Sintetizando, Fantin (2011) refere que a extensão engloba a aproximação com a comunidade, levantamento de suas necessidades e elaboração de estratégias de resolução de problemas ou prestação de serviços que gerem mudanças efetivas na realidade das mesmas. Para o autor, o contato prévio com a comunidade é imprescindível para o levantamento de suas principais necessidades e desejos, e consequente direcionamento dos trabalhos da equipe.

Bartinink e Silva (2009) chamam atenção para as universidades comunitárias, àquelas com caráter acadêmico-social, uma vez que se preocupa com uma educação que parte da aplicação do conhecimento para atender as demandas e carências da sociedade e que valoriza a integração universidade-comunidade. Freire (1996) inclusive já defendia a ideia da extensão universitária como um ato educativo, pois possibilita estender os conhecimentos no sentido de transformar o mundo em que as pessoas estão. Assim, nas palavras de Freire, extensão é transformar, é modificar a cultura.

Entretanto, torna-se necessário que a extensão tenha bem delimitado qual é o seu fim social, uma vez que não deve assumir o papel do Estado e com isso, prestar-se assistencialista (ARROYO, ROCHA, 2010). É preciso que as ações extensionistas superem o assistencialismo, se tornando fomentadoras de políticas que atendam às diferentes carências das diversas comunidades, permitindo transformação social.

Parece pertinente a possibilidade de transversalizar o debate da extensão universitária a fim concebê-la segundo o olhar das políticas públicas. Isso permitirá desenvolver novas estratégias para a transformação e desenvolvimento das regiões, com suas diferentes especificidades e necessidades, que podem ser atendidas por ações extensionistas. E com isso, ampliam-se as condições para ações

transformadoras que incidam em diferentes esferas sociais, agora amparadas pelo discurso das políticas públicas.

Neste campo político, documentos tais como a Política de Extensão do Ministério da Educação (MEC) evidenciam que, no Brasil, a extensão universitária passa a ter um novo formato, regido por uma Política que busca suprir algumas das demandas reprimidas na sociedade brasileira (BRASIL, 2011). Foram criados programas de incentivo e fomento nos quais se investiram recursos de maneira significativa, a exemplo do Proext, criado em 2003, que segundo Maciel (2010) houve um significativo aumento no que se refere ao recurso financeiro disponibilizado para programas e projetos de extensão, saindo de 6 milhões em 2008, para 70 milhões de reais em 2011. Essa situação sinaliza a valorização que vem sendo dada a extensão no Brasil, representando um marco na política de fomento a atividades extensionistas nas universidades públicas brasileiras.

A Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) através da sua Pró Reitoria de Extensão (PROEX) vem participando deste processo de desenvolvimento e incentivo da extensão, por meio de Editais PROEXT ou recursos próprios¹ através da submissão de projetos nas áreas definidas pela Política Nacional de Extensão². São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho.

Na condição de docente da UDESC venho participando ativamente de todo esse processo de construção e valorização da extensão no âmbito nacional, inclusive defendendo a efetiva participação do corpo docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) na qualidade de extensionista, garantindo assim o princípio da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão preconizado pela Universidade.

Envolvido com as atividades extensionistas desde graduando³, em 2003, quando ingressei na docência na UDESC, dei continuidade a estas ações

¹ O Programa de Apoio à Extensão (PAEX), sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, gerência os recursos de extensão da UDESC.

² A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), reunidas no Fórum de Pró Reitores de Extensão das universidades públicas- FORPROEX, que tem como documento referencial, o Plano Nacional de Extensão publicado em novembro de 1999. O plano define como diretrizes para a extensão a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, a interdisciplinaridade e a relação bidirecional com a sociedade.

³ Ingressei em 1989 no curso de Licenciatura Plena em Educação Física pela UDESC, durante o qual participei como bolsista de projetos de extensão na área de Educação Física envolvendo crianças, adolescentes e idosos residentes em bairros periféricos (Morro do Mocotó, Estreito, Saco dos Limões, Vila Aparecida).

coordenando um programa de extensão⁴, intitulado “Programa de Atendimento a Jovens e Adolescentes de Florianópolis, Joinville e São Bento do Sul”, nas comunidades dos respectivos municípios.

Essa trajetória na qualidade de extensionista veio a me conduzir a coordenação de extensão da UDESC, na gestão 2008/2012⁵, sendo reconduzido para a gestão 2012/2016. No período da primeira gestão, tive a oportunidade de perceber a complexidade que envolve a gestão das ações de extensão no âmbito da Universidade pública. Dentre as atividades realizadas neste período, destaco: coordenação, junto ao pró-reitor de extensão, do comitê envolvendo os doze centros de ensino da UDESC (gerenciamento: de recursos financeiros, de ações de projetos e de bolsistas); organização de eventos de extensão; representação em fóruns e conselhos para fomento de atividades de extensão; convênios com outras IES e organizações governamentais e não-governamentais; Gerenciamento do Sistema de Informação e Gestão de Projetos do MEC; contribuição na coordenação de cultura, eventos e de apoio discente; participação como editor da revista online *UDESC em Ação*; adequação da Política de Extensão da UDESC⁶; implantação do Sistema de Consultoria *ad hoc* nos Editais UDESC; criação do Grupo de Gestão de Riscos e Desastres (GCEPED-GR); criação do Programa de Ações Afirmativas; e criação do Núcleo Extensionista Rondon⁷/UDESC (NER/UDESC).

O NER/UDESC vem possibilitando a intercâmbio dos acadêmicos e a inserção da Universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários do estado de Santa Catarina na busca do desenvolvimento da região. Busca-se assim a garantia da interdisciplinaridade, da interação entre a

⁴ Programa de Extensão consiste em um conjunto composto por, no mínimo, três ações envolvendo departamentos e centros de ensinos.

⁵ A gestão 2008/2012 foi composta pelo reitor Prof. Dr. Sebastião o Iberes Lopes Melo; vice-reitor Prof. Dr. Antônio Heronaldo de Souza; Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade da UDESC Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso; Pró-Reitor de Planejamento Prof. Me. Marcos Tomasi.

⁶ Ver Resolução nº 007/2011 – Conselho Universitário (CONSUNI), que dispõe e dá outras providências sobre a Política de Extensão da UDESC (Anexo A).

⁷ Esta atividade de Extensão iniciou-se na década de 60, idealizada pelo Professor Wilson Choeri, da antiga Universidade Estadual da Guanabara, hoje UERJ. Em 1967, trinta universitários da UEG, UFF e PUC/RJ acompanhados pelo professor, Omir Fontoura, seguiram para Rondônia, dando início ao Projeto Rondon, nome dado em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Tinha como lema “Integrar para não Entregar”, a fim de ocupar espaços da região norte do País para coibir a entrada estrangeira não desejadas, propondo ações para o desenvolvimento local. Ainda hoje há participação discente, com o fim de sensibilizar e formar pesquisadores cidadãos. Este protagonismo permite ao discente sair dos “muros da Universidade” fazendo com que a extensão atinja seu potencial de formação para a cidadania. Ver Portaria nº 1192/2010 – que dispõe e dá outras providências sobre a criação do NER/UDESC (Anexo B).

Universidade e a Sociedade e da qualidade e do impacto das ações de Extensão no âmbito da UDESC, reforçando a missão da Universidade diante a realidade social.

Considerando a experiência dos acadêmicos vinculados ao NER/UDESC, questiona-se: Quais suas percepções sobre as ações da extensão universitária? Como se dá o processo da ação extensionista nas comunidades? Como garantir a consolidação das ações desenvolvidas nos projetos de extensão nas diferentes comunidades? Quais as contribuições do NER/UDESC para a formação acadêmica?

Por conseguinte, delinea-se nosso objeto de estudo: extensão universitária como viabilizadora das políticas públicas.

Considerando a importância da implantação de políticas públicas que possam dar respostas às necessidades sociais dos diferentes municípios do Estado de Santa Catarina, este estudo tem como objetivo analisar, na percepção de acadêmicos, entre extensão universitária e políticas públicas.

Já como objetivos específicos, traçamos:

- Identificar as percepções dos acadêmicos sobre ações extensionista do NER/UDESC;
- Analisar o processo de inserção, desvelamento e intervenção na realidade, a partir da experiência discente na extensão universitária;
- Analisar a extensão universitária enquanto política educacional que orienta políticas públicas locais;
- Identificar as contribuições do NER/UDESC para a formação acadêmica.

Nesta dissertação encontram-se as justificativas que mostram a relevância do estudo, apresentando as questões que me instigaram a realização do mesmo, bem como o delineamento do objeto e objetivos da pesquisa. Primeiramente contextualizamos conceitualmente a Extensão Universitária, a sua perspectiva pedagógica e político-social; abordamos também, aspectos de Políticas Públicas, Políticas Educacionais e principalmente a contribuição que esta ação extensionista proporciona a vida acadêmica de quem passa por esta experiência.

Em seguida descrevemos o caminhar metodológico, apresentando o tipo de estudo, cenário, sujeitos, processo de coleta e análise de dados, considerando os aspectos éticos que permeiam a pesquisa com seres humanos. Por fim, apresentamos e discutimos os resultados do estudo, a partir de três categorias: Percepção acerca da extensão, Extensão universitária enquanto política pública e Contribuições da extensão para a formação acadêmica. Nas considerações finais

defendemos a interface entre extensão universitária e políticas públicas, visto que as ações extensionistas são pensadas como foco nas necessidades locais e podem ter caráter mais permanente no sentido de intervir na realidade, o que depende de vontade política. Apontam-se ainda limitações e lacunas do estudo, necessárias para o direcionamento de novos estudos.

Capítulo 01 - A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA – PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

A história da Extensão Universitária tem seu início na segunda metade do Séc. XIX, na Inglaterra e se vincula a uma nova ideia: **educação continuada**, com o objetivo de atender as camadas menos favorecidas e a população adulta em geral, que não se encontrava na Universidade. As demandas dessa população eram atendidas com cursos breves e outras atividades. Alguns anos mais tarde, são registrados atividades de Extensão nas Universidades americanas e se caracterizaram como prestação de serviços nas áreas rural e urbana (NOGUEIRA, 2001).

Já as universidades latino-americanas trazem como capítulo importante na sua história, quando se trata de extensão universitária, o movimento de reforma universitária, que começou na Universidade Nacional de Córdoba - Argentina, em 1918, liderada por líderes estudantis deste país e propagando-se em seguida, para outras universidades daquele país e da América Latina. Tendo como princípios a autonomia universitária, o co-governo, a extensão universitária, a periodicidade das cadeiras, e os exames de admissão.

Pode-se dizer que o Manifesto de Córdoba, que resultou no Documento da Reforma, marca o início da construção da identidade da universidade latino-americana. Ele é um movimento desencadeado pelos estudantes latino-americanos contra o que consideravam dependência, atraso, cristalização na transmissão e na produção de conhecimento (RIBEIRO, 1982). Um dos grandes méritos da Reforma foi demonstrar a unidade da transformação educacional e cultural para a transformação social e política da sociedade.

Desde então as universidades têm seu papel estendido, há agora uma função social explícita representada pela extensão, cujo princípio é o de "estender" a presença da universidade na sociedade e se relacionar intimamente com as pessoas.

Se esta visão original foi precursora do debate social da ciência na contemporaneidade, ou se este movimento que a origina foi algo independente, o fato central é que está dada uma nova condição e as Universidades têm esta possibilidade de se compreenderem enquanto ativos agentes dos processos sociais.

No Brasil, Sousa (2001) observa que não é nenhum exagero afirmar que a Extensão Universitária deve muito de sua origem e de sua concepção atual ao Movimento Estudantil. Segundo o pesquisador, desde o Brasil Colônia, é possível se perceber a presença de jovens universitários envolvidos de alguma forma, com os movimentos sociopolíticos da época.

Embora a Extensão não fosse identificada com esta denominação, a forma como os estudantes entendiam a seu papel social levava-os a atuarem de forma direta nos principais problemas da sociedade. Esta atuação estudantil, ora manifestava-se de forma mais eloquente, ante os estímulos recebidos, como, por exemplo, a participação nas campanhas abolicionistas, ou, em outros momentos de calma, os estudantes ocupavam com atividades literárias e artísticas o tempo franqueado pela retirada temporária da política [...]. A partir daí é possível identificar esta participação de diversas formas e intensidades, em diferentes momentos, podendo, às vezes, estar mais ou menos organizada como movimento (SOUSA, 2001, p.111).

Alguns autores ao se referirem à oficialização da extensão no Brasil, consideram que experiências extensionistas ocorreram em nosso país desde muito cedo, principalmente na Universidade Livre de São Paulo, criada em 1912. Conforme Bemvenuti (2006),

A Proclamação da República, além de condensar interesses de vários grupos (republicanos, federalistas, liberais e dissidentes monarquistas) apontava a educação como o canal de redenção nacional. Foi nesse contexto que a abertura das universidades para a sociedade aconteceu concretizada na ideia de uma “universidade popular”. Como lembra Gurgel⁸, a Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912, teve a influência forte de Augusto Ribeiro Guimarães, um militante positivista que pregava o ensino livre. Gurgel ainda destaca que já havia experiências de universidades populares no Rio e no Maranhão, mas essa experiência de São Paulo foi a primeira ligada a uma instituição de ensino superior. Por isso se considera a primeira experiência de extensão universitária.

No entanto, desde este período até a década de 1930, não foi identificado nenhum registro de discurso oficial que reconhecesse a existência da Extensão. O primeiro registro oficial aconteceu no ano de 1931, com a promulgação do primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras. Embora com fortes influências estrangeiras, o termo “Extensão foi utilizado pela primeira vez na legislação da educação brasileira [...] no Decreto-Lei nº 19.851 (BRASIL, 1931). Este Decreto-Lei apresenta

⁸A autora se refere a GURGEL, Mauro. *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

a forma como a Extensão deveria ser e a coloca como instrumento da vida social da Universidade” (SOUSA, 2001:110).

O mesmo autor observa que esta normatização define a extensão através dos cursos de extensão universitária e observa que esta será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, que serão organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário, e destinam-se principalmente à divulgação de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

Cabe observar, que esta tentativa de aproximação entre universidade e sociedade, acontece num sistema de governo ditatorial com concepções elitistas – a ditadura Vargas. Esta proximidade, no entanto, não se efetivará nesta circunstância, mas se manterá ao longo dos anos. E mesmo passando por aperfeiçoamentos, a Extensão Universitária continua passando por críticas e questionamentos que demonstrariam os equívocos e as más formulações das funções sociais que lhes fora atribuída (FREIRE, 2011).

Mesmo com os avanços do movimento universitário na construção de um debate mais crítico, no domínio governamental, esse avanço não será incorporado, e a “Lei 4.024 de 1961 não deixou dúvidas sobre esse aspecto quando caracterizou a extensão como mera modalidade de curso, ignorando suas finalidades” (FREIRE, 2011:10).

Na década de 1960, a extensão, com o artigo 69 da LDB nº 4.024/61, passa a ser ofertado pela instituição, a partir de curso que atendesse à comunidade. Os professores e alunos de algumas instituições de ensino superior se aliaram às experiências de educação de base de segmentos religiosos e implantaram uma extensão que, além de difundir o conhecimento, trazia como proposta, ações para a transformação social (FREIRE, 2011).

Nesse íterim, tomou volume as manifestações estudantis, lideradas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) criada em 1937. E, foram organizados seminários em diferentes regiões do país: Salvador, Curitiba, Belo Horizonte. Esse movimento acabou exigindo o empenho do ensino superior às necessidades das camadas populares urbanas e rurais, tratando assim, a extensão como oferecimento de cursos, mas também como oferta de serviço social e apoio do governo para as ações sociais.

Segundo Nogueira (2001), os governos militares instalados após o golpe de Estado de 1964 dão a extensão um caráter assistencialista, sob a alegação de sua necessidade para o desenvolvimento e a segurança do país. Garantiram nesse contexto, algumas das reivindicações do movimento estudantil, embora descaracterizadas de suas propostas originais, que com isso, cumpria a função de cooptar os estudantes para trabalhos eventuais de assistência às populações carentes de algumas regiões brasileiras, que foram muito evidenciadas no Projeto Rondon, que fora criado em 1968 pelo Ministério do Interior e Forças Armadas. Não são poucos os que se opõem a esse projeto:

Criticam-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre, problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aula questões muitas vezes desconhecidas dos professores (NOGUEIRA, 2001:61).

No ano de 1968 foi lançada após muitos anos de discussões, a Lei Básica da Reforma Universitária, a Lei nº 5.540/68, que vem alterar a concepção de extensão, defendendo a indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa. Segundo Nogueira (2001) esta Lei, embora de forma secundária, faz menção à Extensão Universitária em alguns artigos:

Art. 20 – [...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes. [...]

Art. 40 – As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão a seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (NOGUEIRA, 2001:61).

Ao analisar estes dois artigos, Nogueira (2001) observa que na concepção da Lei continua a influência das vertentes europeia e americana, acentuando a realização de cursos e a ênfase na prestação de serviço, respectivamente. “A Extensão continua sendo a maneira como a Universidade transmite às comunidades seu ensino e o resultado de sua pesquisa, de forma isolada” (p.61). Continua Nogueira (2001): “Não se concebe um processo em que as atividades de Ensino e Pesquisa se articulem com a Extensão, da mesma forma não se percebe a troca de saberes entre Universidade e sociedade – esta é vista como mera receptora” (p.62).

O Artigo 40 traz em seu bojo a concepção de Extensão como assistencialista, e o trabalho desenvolvido pelos alunos, não tem a participação docente e tão pouco da organização de departamentos de onde são oriundos, estes profissionais.

Na década de 1970, com o objetivo de sensibilizar os dirigentes universitários sobre a necessidade da Extensão, é realizado em Fortaleza um seminário organizado pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que traça as Diretrizes da Extensão Universitária. Estas Diretrizes são fortemente influenciadas pelas concepções do técnico norte-americano Rudolph Ateon⁹: “de que a Universidade deveria ter interligada as suas funções de Ensino, Extensão e Pesquisa” (NOGUEIRA, 2001:64).

Ainda segundo este autor, em 1975 o Ministério da Educação (MEC) elabora a Política de Extensão e embora concebido sob forte controle da censura, em uma fase de disputa de poder do MEC com outros ministérios, apresenta um expressivo avanço conceitual de Extensão, que propõe a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade.

A partir da década de 1980, com a abertura política com vistas à redemocratização, algumas instituições públicas do país passaram a discutir o conceito de extensão e sua efetivação prática. Estas instituições pleiteavam também, o estabelecimento de um espaço de diálogo com o Ministério da Educação. Em 1987, este grupo realizou o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, seguido de vários outros. Este I Encontro gerou o Fórum Nacional de Pró-Reitores, com discussões que culminaram na conceitualização de extensão e na elaboração de orientações para a ação extensionista (NOGUEIRA, 2001). Nesse período de atuação, os avanços foram consideráveis, sendo definido o conceito de extensão, que vigora ainda hoje:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de

⁹Para saber mais, ver GURGEL(1986) e FÁVERO (1991).

instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Plano Nacional de Extensão Universitária, edição atualizada, Brasil 2000/2001 – fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC).

Podemos perceber que ao longo da sua história, a Extensão recebeu várias definições. Definições essas que vão da “extensão-cursos”, à “extensão-serviço”, passando pelo assistencialismo, pela extensão como “redentora da função social da Universidade”, chegando finalmente à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, e a “extensão-cidadã”.

A análise da literatura referente ao tema permite identificar as características de cada um dos procedimentos extensionistas ocorridos ao longo da história da educação brasileira.

Hoje a extensão ocupa outro lugar no cenário universitário e social no Brasil. Através das diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras a extensão, junto com o ensino e a pesquisa, aparece como parte do “tripé” que sustenta as práticas acadêmicas nessas Universidades (FORPROEX, 2001).

Essa configuração pressupõe a indissociabilidade entre estes três eixos: ensino, pesquisa e extensão, permitindo às IES novas possibilidades de organização no seu funcionamento.

Para Moita e Andrade (2009) a fim de garantir o bom funcionamento das instituições de ensino superior, as Universidades devem aplicar o ensino, a pesquisa e a extensão de forma conjunta e indissociável. Daí a necessidade de estratégias que viabilizem tal indissociabilidade.

Quando há separação das instâncias de ensino, pesquisa e extensão ou quando se tratam de forma dualizada, não há aproveitamento total das possibilidades que elas podem oferecer. Para Moita e Andrade (2009), o atendimento às necessidades sociais a partir da integração ensino-extensão se dá de forma limitada uma vez que é através da pesquisa que se permite compreender os problemas atuais, oferecendo subsídios que orientam o processo de transformação social. Deste modo, a pesquisa responderia ou ao menos ofereceria elementos direcionados à realidade, favorecendo ações de intervenção mais específicas às demandas da comunidade.

Embora reconheçam a importância da pesquisa, os autores acreditam que sua associação ao ensino sem uma interface com a extensão apresenta riscos de se perder a compreensão ético-político-social do objetivo da pesquisa, que é o retorno à sociedade. Já a integração pesquisa-extensão dissociada do ensino compromete a dimensão formativa que dá sentido a Universidade.

Observam ainda, que esta indissociabilidade, se faz necessária também para a pós-graduação como cenário estratégico desta aprendizagem, sobretudo por ser um espaço de ensino com foco na produção científica através da pesquisa, cujo conhecimento deve ser aplicado fora dos muros acadêmicos, a partir de ações de extensão.

Neste sentido, na tentativa de buscar uma formação mais integral, diversos estudantes vêm incorporando em seus currículos outros conteúdos disponibilizados pela Universidade. Dentre estes, as atividades de cunho extensionista são bastante requisitadas. Conforme Filho (2011), os estudantes de medicina, por exemplo, encontram nas Ligas Acadêmicas uma saída para tal demanda. Estas promovem espaços diversos para integração dos estudantes junto à sociedade, favorecendo, além da ação social e do exercício da cidadania, a aproximação com a prática médica, a integração com colegas e a qualificação de seus currículos.

Um exemplo de abordagem estratégica é o Programa de Educação pelo Trabalho Para a Saúde (PET-SAÚDE), que busca aliar ao ensino teórico dos cursos de graduação e pós-graduação, a visão obtida através da empiria; deste modo, mostra-se que a prestação de serviços funciona como uma introdução ao trabalho e como elo entre as demandas da comunidade, além de fornecer conteúdo para pesquisa e produção científica (SANTOS et al, 2011).

Capítulo 02 - POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para tratarmos de políticas públicas e políticas educacionais, buscamos inicialmente a origem dos termos. Assim temos que o termo *política* é derivado do grego antigo *politeía*, que indicava todos os procedimentos relativos à pólis, ou Cidade-Estado. O que poderia significar tanto Cidade-Estado quanto sociedade, comunidade, coletividade e outras definições referentes à vida urbana (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

Para o termo *público*, encontramos em Ferreira (1988:537) que é “[...] relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade. Relativo ou pertencente ao governo de um país. Que é do uso de todos; comum. Aberto a quaisquer pessoas [...]”. Com isso, podemos concluir que políticas públicas, em sua origem, compreenderia os procedimentos da Cidade-Estado, em prol do povo e da coletividade.

De acordo com Lopes et al. (2008), a função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao passar do tempo. No século XVIII e XIX, por exemplo, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Mas, com o advento da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. “Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade” (id, p. 05).

No entanto, para desenvolver as ações necessárias ao cumprimento de suas atribuições, o Estado tem que desenvolver uma série de ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, dentre outras.

Assim, podemos dizer que a expressão "política pública" pode ser definida como: “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]” (LOPES et AL, 2008:05). Ou seja, de acordo com os mesmos autores, as Políticas Públicas configuram-se na totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Seriam para Lopes et al (2005), as demandas da sociedade apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada.

De acordo com Teixeira (2002), ao ampliarmos o significado de Políticas Públicas poderíamos dizer que, para elaborar uma política pública tem-se que definir os sujeitos envolvidos na sua elaboração, assim como os sujeitos beneficiados, quando será desenvolvida e a sua abrangência.

Cabe ressaltar que essas definições estão diretamente relacionadas com o caráter do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente, onde há que se distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Lopes e Amaral (2008:08) observam que “[...] no processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontramos basicamente dois tipos de atores: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil)”, como por exemplo, o terceiro setor.

Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. Assim podemos afirmar que:

As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. (TEIXEIRA, 2002:05)

A respeito do processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, Lopes e Amaral (2008:10) observam que este apresenta cinco fases: Primeira fase – Formação da Agenda – o momento da seleção das prioridades; Segunda fase – Formulação de Políticas – a apresentação de soluções ou alternativas; Terceira fase – Processo de Tomada de Decisão – momento da escolha das ações; Quarta fase – Implementação ou momento da execução das ações e; Quinta fase – Avaliação.

Estes autores ressaltam “que na prática, as fases se interligam entre si, de tal forma que essa separação se dá mais para facilitar a compreensão do processo”.

Os autores chamam a atenção para a quinta fase deste processo ou ciclo das Políticas Públicas, ou seja, a avaliação.

A avaliação é um elemento crucial para as Políticas Públicas. [...], a avaliação pode ser feita em todos os momentos do ciclo de Políticas Públicas, contribuindo para o sucesso da ação governamental e a

maximização dos resultados obtidos com os recursos destinados. Além disso, a avaliação também é uma fonte de aprendizado que permite ao gestor perceber quais ações tendem a produzir melhores resultados (p.18).

Reforçando a importância desta fase observam que,

A avaliação de uma política também deve focar os efeitos que esses impactos provocam e que se traduzem em novas demandas de decisão por parte das autoridades, com o objetivo de anular ou reforçar a execução da medida. Também é importante analisar se a política produziu algum impacto importante não previsto inicialmente, bem como determinar quais são os maiores obstáculos para o seu sucesso (LOPES; AMARAL, 2008:19).

Assim os autores ainda chamam a atenção para o fato de que “avaliação deve comparar em que medida a Política Pública, nos termos em que foi formulada e implementada, cumpre os requisitos de uma boa política” (p.19). Para eles o ideal uma boa política deve cumprir as seguintes funções: promover e melhorar os níveis de cooperação entre os atores envolvidos; constituir-se num programa factível, isto é, implementável; reduzir a incerteza sobre as consequências das escolhas feitas; evitar o deslocamento da solução de um problema político por meio da transferência ou adiamento para outra arena, momento ou grupo; ampliar as opções políticas futuras e não presumir valores dominantes e interesses futuros nem prever a evolução dos conhecimentos. Uma boa política deveria evitar fechar possíveis alternativas de ação. (LOPES e AMARAL, 2008:19).

Teixeira (2002) se refere às políticas públicas, pontuando que estas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Para esse estudioso, essas demandas são interpretadas por quem ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social, visando,

ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas). Ainda outras são necessárias para regular conflitos entre os diversos atores sociais que, mesmo hegemônicos, têm contradições de interesses que não se resolvem por si mesmas ou pelo mercado e necessitam de mediação. Os objetivos das políticas têm uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação. (TEIXEIRA, 2002: 03)

Conforme o autor, quando a sociedade é chamada a participar do processo de elaboração de políticas públicas, alguns aspectos precisam ser considerados, quais sejam:

- ✓ Identidade – iniciativas de proposições para responder questões constituem um elemento importante no processo de formação de identidade coletiva dos atores sociais;
- ✓ Plataformas Políticas - as políticas públicas expressam o sentido do desenvolvimento histórico-social dos atores sociais na disputa para construir a hegemonia; refletem, pois, as concepções que têm do papel do Estado e da sociedade civil, constituindo programas de ações que respondem as suas carências e demandas.
- ✓ Mediações Institucionais – as políticas públicas traduzem mediações entre interesses e valores dos diversos atores que se defrontam em espaços públicos para negociar soluções para o conjunto da sociedade ou determinados grupos sociais.
- ✓ Dimensão Estratégica - as políticas públicas diretamente ligadas ao modelo econômico e à constituição de fundos públicos assumem aspecto estratégico, quando se constituem referência e base para a definição de outras políticas ou programas em determinadas áreas. As opções estratégicas devem considerar, ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e a reestruturação produtiva e os seus efeitos sobre o emprego e o agravamento das desigualdades sociais, buscando-se alternativas que redirecionem o emprego não apenas da forma compensatória que torna seus beneficiários meros objetos da assistência, mas que os tornem cidadãos ativos, contribuindo, através de novas formas de inserção social, para o desenvolvimento da sociedade (TEIXEIRA, 2002: 04-5).

Diante dessa breve contextualização acerca das Políticas Públicas torna-se possível compreender que uma de suas atribuições é por meio do acesso qualificado a Política Pública. Esse é estrategicamente importante, pois coloca na pauta a questão de políticas públicas conforme enfatiza o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que assim apresenta suas finalidades:

O PNEDH, na condição de política pública, apresenta-se como um instrumento orientador e fomentador de ações educativas, no campo da educação formal e não-formal, nas esferas pública e privada. O PNEDH

reflete as ações que estão em desenvolvimento no país, envolvendo iniciativas de instituições públicas, organizações da sociedade civil e contribuições recebidas por meio de consulta pública e das recomendações do documento da UNESCO que estabelece a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos e para uma Cultura de Paz (1995-2004).

Podemos dizer que alinhada a essa finalidade, a política educacional traz em suas diretrizes intencionalidade, valores, idéias e posições, que se estendem pelas diferentes esferas, atuando decisivamente nas diferentes práticas pedagógicas e políticas contribuindo na construção do perfil do cidadão desejado pelo Estado (LDB, 1996).

Entender as políticas públicas educacionais pressupõe-se não considerá-las desconectadas da realidade e das transformações que vem acontecendo ao longo da história no que tange as esferas político social, econômico e cultural.

Segundo Gentili (1996), o advento da industrialização impôs as nações uma reorganização em todos os aspectos, incluindo a área da educação. As mudanças suscitadas no processo de produção, aliadas aos avanços científicos e tecnológicos, que deram ênfase a uma economia de mercado, fizeram com que os intelectuais neoliberais colocassem a educação em um novo patamar, dando-lhe um caráter indispensável para o desenvolvimento da sociedade.

O Brasil no intuito de modernizar-se e entrar no quadro da era tecnológica, adapta-se as exigências da globalização incorporando cada vez mais o pensamento neoliberal em suas relações.

Nesse contexto, o governo brasileiro vem implementando suas políticas econômicas e educacionais de ajuste, ou seja, diretrizes e medidas pelas quais o País se moderniza, adquire as condições de inserção no mundo globalizado, e assim, se ajusta às exigências de globalização da economia estabelecidas pelas instituições financeiras e pelas corporações internacionais. De todo modo, faz-se presente, em todas essas políticas, o discurso da modernização educativa, da diversificação, da flexibilidade, da competitividade, da produtividade, da eficiência e da qualidade dos sistemas educativos, da escola e do ensino, na ótica das reformas neoliberais de adequação às demandas e exigências do mercado (LIBANEO et al, 2006:55).

Dessa forma, o pensamento neoliberal reduz tudo a uma questão de gestão da educação e propõe como saída para o fracasso do processo ensino aprendizagem a criação de um mercado educacional, no qual as escolas postas

dentro de um mercado competitivo sujeitariam-se a fornecer uma educação de melhor qualidade “a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade” (GENTILI, 1996, p.20).

Esse contexto de pensamento neoliberal, influência diretamente na esfera das políticas educacionais e acentua as injustiças sociais existentes em nosso país. Culpa-se o pobre pela sua pobreza, o desempregado, por não arranjar emprego e assim por diante, separando cada vez mais a sociedade entre vencedores e fracassados, e assim o nosso país continua sendo um país extremamente privatista. O que para os neoliberais trata-se,

[...] de um problema cultural provocado pela ideologia dos direitos sociais e a falsa promessa de que uma suposta condição de *cidadania* nos coloca a todos em igualdade de condições para exigir o que só deveria ser outorgado àqueles que, graças ao mérito e ao esforço individual, se consagram como *consumidores empreendedores* (GENTILI, 1996, p.23).

Acompanhando o pensamento neoliberal, podemos perceber que a educação nem sempre teve como pressuposto a equidade social, deixando as camadas populares em situação de desfavorecimento, no que se refere ao acesso a educação.

Porém após anos de espera, este mesmo pensamento neoliberal reconhece e contribui para que a sociedade brasileira evolui-se na construção um Plano Nacional de Educação que traçasse as diretrizes necessárias a serem seguidas e as ações a serem implementadas, a fim de elevar o nível da qualidade da educação brasileira e vê-la enquanto um direito garantido à todos os cidadãos.

Para entendermos a política educacional será necessário conhecermos seus níveis e as modalidades segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira - LDB. Regulamentada pela Lei 9394/96, a LDB traz em seu bojo a Educação Básica e o Ensino Superior, reafirmando o direito a educação garantido pela Constituição Federal.

Assinada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996, recebeu mudanças que trouxeram melhorias para a nossa educação atendendo o direito

universal à educação para todos. Houve a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

A Educação Básica no Art. 22 diz que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Diz ainda no Art 23 que “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Diz ainda que a Educação Básica se organiza nos níveis fundamental e médio.

- Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;
- O controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;
- Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Já a Educação Infantil atende aos seguintes artigos:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

1. creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
2. pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

O Ensino Fundamental tem atualmente a duração de nove anos, sendo obrigatório e gratuito e segundo o Art. 32, tem como objetivo “a formação básica do cidadão”, mediante:

1. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
2. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
3. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
4. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Médio é a etapa final do ensino básico, este nível tem a duração mínima de três anos e finalidades definidas como:

1. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
2. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
3. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
4. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Temos ainda a Educação de Jovens e Adultos – EJA, que traz no Art. 37 “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Segundo a LDB, cabe ainda a “União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior”.

Em todos os níveis da educação nacional ainda temos a:

- ✓ Educação Especial – Atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- ✓ Educação a distância – Atende aos estudantes em tempos e espaços diversos, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.
- ✓ Educação Profissional e Tecnológica – Visa preparar os estudantes a exercerem atividades produtivas, atualizar e aperfeiçoar conhecimentos tecnológicos e científicos.
- ✓ Educação de Jovens e Adultos – Atende as pessoas que não tiveram acesso a educação na idade apropriada.
- ✓ Educação Indígena – Atende as comunidades indígenas, de forma a respeitar a cultura e língua materna de cada tribo.

Como já mencionado, neste contexto temos ainda o Plano Nacional de Educação (PNE), que traz em seu bojo o que acreditamos como essencial para a eficiência de uma política pública educacional, ou seja, a participação coletiva de educadores, estudantes, pais de alunos, profissionais da educação, parlamentares e etc. A sociedade civil, representantes políticos e o governo, trabalhando junto na construção das ações sociais necessárias para a melhoria da educação em nosso país.

Foram vários anos de espera, para que a sociedade brasileira pudesse ter um Plano Nacional de Educação que traçasse as diretrizes necessárias a serem seguidas e as ações a serem implementadas a fim de elevar o nível da qualidade da educação brasileira e ver a educação como um direito garantido para todos os cidadãos.

Após a mobilização social em busca de um plano nacional para a educação de nosso país é que esse realmente foi legitimado pelo Estado. Apesar de ainda termos neste plano uma grande influência de forças contrárias à democratização do

ensino, um grande passo foi dado em direção a meta de fornecer a nossa nação uma educação como direito inalienável dos cidadãos e imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 A Extensão Universitária na UDESC

A Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC foi criada em 20 de maio de 1965, pelo Decreto nº 2.802. Em 1985 ocorre seu reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação através da Portaria Ministerial nº893, de 11 de novembro de 1985. Sua estrutura *Multi-Campi* é constituída por oito *Campi*: o *Campus I*, em Florianópolis; o *Campus II*, em Joinville; o *Campus III*, em Lages; o *Campus IV*, no Oeste Catarinense; o *Campus V*, São Bento do Sul; *Campus VI*, em Ibirama; *Campus VII*, em Laguna e *Campus VIII*, em Balneário Comboriú, além dos municípios interligados pela Educação a Distância.

A UDESC tem como finalidades principais: garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a cidadania e a socialização do saber; estabelecer parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática, plural e ética; promover a inclusão social e étnica, respeitando a diversidade cultural; contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca da erradicação das desigualdades sociais e a utilização de tecnologias ecologicamente orientadas; estimular, promover e manter a investigação científica; fomentar e promover de recursos as atividades de ensino, de pesquisa, e de extensão, no âmbito da UDESC.

Diante do exposto, principalmente nos últimos oito anos, a Universidade do Estado de Santa Catarina, que tem como lema, “Educação de excelência com compromisso social”, vêm tratando a extensão como um dos principais campos de fomento de suas políticas, dando-lhe um lugar de destaque junto ao ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico.

A extensão na UDESC está organizada a partir da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, composta por Pró-reitor, coordenações de extensão; cultura; eventos e comunidade universitária, que desenvolvem projetos como: Gestão de

Riscos e Desastres – GECEPED; Inclusão Digital; Pré-vestibular Comunitário; Atividade Física para Terceira Idade; Educação e Inclusão; Formação Continuada; Educação Fiscal, dentre tantos outros. Ainda destacamos o Núcleo Extensionista Rondon – NER UDESC, que numa perspectiva multidisciplinar, busca agregar todas as áreas da extensão universitária brasileira, bem como as áreas que caracterizam cada um dos cursos de graduação e pós-graduação da UDESC. Por ser multicampi, conta ainda com um comitê de extensão, composto pelos 12 diretores de extensão, que estudam, propõe e aplicam as políticas de extensão da UDESC.

Nos últimos quatro anos reestruturou-se a resolução que trata da Política de Extensão na UDESC, que proporciona maior participação de bolsistas em eventos internos e externo; cria-se a política de ações afirmativas; o programa de auxílio permanência a acadêmicos em situação socioeconômica vulnerável; a política de cultura, que entre outras, acabam gerando um aumento significativo no êxito das ações de extensão da Universidade.

Diante deste contexto, chama-se a atenção para o Núcleo Extensionista Rondon – NER UDESC, que em quatro operações¹⁰ esteve presente em 33 municípios, atendendo 37 mil catarinenses com suas atividades extensionistas.

2.2 – O Núcleo Extensionista Rondon - NER/UDESC: Possibilidades de programar e viabilizar Políticas Públicas a partir da Extensão Universitária

A atuação extensionista tem proporcionado aos ACS acadêmicos a percepção que a IES cumpre com o princípio de que “[...] para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar” (NOGUEIRA, 2000:120).

¹⁰Trata-se do momento de realização das ações de extensão organizadas pelo NER/UDESC nas regiões/municípios que recebem os extensionistas por um período que tem sido de no mínimo uma semana, sempre ao final de cada semestre letivo. Até o momento foram realizadas quatro operações: Operação Contestado (2010.2); Operação Fronteira (2011.1); Operação Caminho dos Tropeiros (2011.2) e Operação Serra & Mar (2012.1).

Podemos considerar que a ação extensionista, se efetiva no trabalho, de forma articulada, com as políticas públicas existentes nas diferentes áreas de atuação; respeitando-se o caráter executor do nível da administração pública e coadunando sua ação executiva às esferas de governo. Neste sentido, concordamos com Nogueira (2000:119) quando observa que: “É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a Universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população [...]”.

Assim, o papel da Universidade seria constituir-se em espaço de reflexão acerca das diferentes realidades e, dentro desse processo, refletir-se-ia o papel do Estado e de sua operacionalidade: as políticas públicas.

E em se refletindo conjuntamente (Universidade/Estado), o papel extensionista se conjuga com o de contribuir com o conhecimento acadêmico nesta permanente redefinição das inter-relações sociais, repensando e introduzindo ferramentas para o estabelecimento, avaliação e implementação de políticas públicas, criando assim, “[...] as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.” (NOGUEIRA, 2000:122).

Há que se estabelecer, entretanto, que a extensão, além de conjugar-se às políticas públicas, deva estar também profundamente articulada com o Projeto Acadêmico da Universidade, tendo em vista que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem de estar alicerçada no perfil de Profissional-Cidadão que se quer para seus acadêmicos.

Para tanto, observa Jezine (2004) é fundamental refletir, discutir e analisar as concepções ideológicas de Universidade e extensão universitária, considerando as implicações que estas concepções podem trazer para a prática curricular universitária, no que se refere ao tipo de formação, de sujeitos e sociedade que se pretende desenvolver. Assim, mais um grande desafio se apresenta às universidades brasileiras e à extensão universitária num contexto globalizado em que se perdem as fronteiras. Esse desafio pressupõe procurar ser elemento articulador da comunicação entre teoria-prática, universidade-sociedade, construindo a teoria da reciprocidade, integração do pensar, fazer e viver a partir do rompimento

da dimensão dicotômica, dualista e fragmentada que tem sido praticada no cotidiano universitário.

Com isso, podemos considerar a extensão como uma ferramenta fundamental de conscientização acadêmica para as questões sociais, percebendo a importância de uma atuação voltada para as necessidades da sociedade, rompendo assim, com práticas muitas vezes descontextualizadas da realidade social, que servem apenas como cumprimento de um ritual acadêmico, que pode destoar da ação extensionista que é desenvolvida enquanto projeto social. E para tal, há que se estabelecer que a extensão precisa conjugar-se às políticas públicas e também, estar articulada com o Projeto Acadêmico da Universidade, tendo em vista que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve alicerçar-se no perfil de Profissional-Cidadão que se quer formar.

Capítulo 03 – METODOLOGIA

Neste estudo, discentes com experiência em ações extensionistas puderam socializar suas percepções e vivências acerca da extensão universitária o que, por sua vez, requer uma abordagem qualitativa.

3.1 - Caracterização do estudo

Em função da natureza eminentemente qualitativa do fenômeno que se propõe pesquisar optou-se por fazer uma pesquisa exploratória. Esta corresponde a um estudo preliminar da realidade que permite uma maior precisão e compreensão do objeto estudado, facilitando a construção do instrumento de pesquisa, baseado na experiência de vida dos sujeitos (ANDRADE, 2002).

Assim sendo, considerando a questão de pesquisa que se deseja responder, a pesquisa exploratória visa o aprofundamento do conhecimento acerca do objeto estudado, a fim de melhor esclarecê-lo e torná-lo mais explícito. Esse tipo de pesquisa possibilita desvelar as diversas interações e interfaces do objeto de estudo e permite a utilização de métodos que valorizem as experiências de pessoas com vivência prática sobre a questão estudada (SILVA, 2002).

A pesquisa descritiva objetiva a definição dos atributos de determinada população e/ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2006). Nesse sentido, buscamos, a partir da descrição da experiência dos sujeitos, melhor compreender as contribuições da extensão para a formação. Sendo assim, a associação desses dois tipos de estudos permite que o pesquisador perceba o fenômeno estudado em toda sua complexidade, pois enquanto um dá visibilidade a um fato social e aumenta a experiência do pesquisador, o outro, por sua vez, possibilita a descrição dos fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Em sua essência, o estudo qualitativo preocupa-se muito mais com o processo e com o significado que as pessoas atribuem ao objeto do que com o produto, despertando cada vez mais o interesse dos pesquisadores na área das ciências humanas.

Nas palavras de Denzin e Lincoln (2006, p.16) “a pesquisa qualitativa é, em si mesma, um campo de investigação”. Concordando, Nelson et al (1992:21) percebem a abordagem qualitativa enquanto um campo interdisciplinar que valoriza a “compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo inerentemente político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas”. Isso porque não é possível pensar pesquisa ou pesquisador a partir da neutralidade. O ato de pesquisar pressupõe uma visão holística dos fenômenos, englobando todas as interações entre os componentes de uma situação, os aspectos subjetivos do comportamento das pessoas, a relação com o cotidiano e a construção da realidade.

3.2– CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO

O estudo foi realizado a partir da análise das atividades vinculadas ao NER/UDESC no âmbito da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que por sua característica multicampi se faz presente nas regiões de Florianópolis (*campus 1*), Joinville (*campus 2*), Lages (*campus 3*), Oeste Catarinense (*campus 4*), São Bento do Sul (*campus 5*), Ibirama (*campus 6*), Laguna (*campus 7*) e Balneário Camburiú (*campus 8*).

O Estado de Santa Catarina é dividido em seis regiões (Oeste, Norte, Vale do Itajaí, Sul, Serrana e Grande Florianópolis). Cada região é composta por Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), criadas com o objetivo de descentralização das ações do governo do Estado, ficando assim mais próximas das demandas das distintas regiões. Neste sentido, as SDRs, em parceria com os municípios de suas jurisdições, identificam as demandas e necessidades da região, passíveis de serem contempladas pelas atividades de extensão do NER/UDESC.

O NER/UDESC tem como fim atender às demandas da sociedade, promovendo ações de extensão em todo o estado de Santa Catarina e também em seu entorno, inclusive com operações de cunho internacional (Argentina). Através das múltiplas áreas do conhecimento presentes nos cursos de graduação e pós-graduação desta instituição, o NER/UDESC vem possibilitando uma maior interação

em acadêmicos, docentes e comunidade, favorecendo a troca de saberes sistematizado que produz o conhecimento.

Esse processo vem se dando a partir de atividades de extensão nos municípios catarinenses. Estas se apresentam no formato de **operações extensionistas**, contemplando a demanda sugerida através das SDRs. Definidas as demandas, o NER/UDESC elabora um plano de trabalho e abre inscrições para acadêmicos dos campus da UDESC. Os acadêmicos interessados em participar das operações na condição de oficinairos apresentam sua proposta de atividades, as quais são apreciadas pela coordenação do NER/UDESC, priorizando experiência em ações de extensão e considerando os interesses dos municípios e a multidisciplinaridade que envolve os diferentes cursos desta universidade.

As atividades são desenvolvidas por um período de dez dias e estão ancoradas nas oito áreas da extensão universitária brasileira. Vale referir que em virtude de convênio firmado com a Universidade de Brasília (UnB), através do Decanato de Extensão, desde a primeira operação, conta-se com o apoio e a participação de docentes e discentes desta universidade nas operações extensionistas do NER/UDESC. Parcerias como esta vêm sendo firmada com outras IES's brasileira, a exemplo da Universidade Estadual de Roraima (UERR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Faculdade Projeção do Distrito Federal, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Institutos Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Em geral, as operações extensionistas têm como foco a formação continuada de: 1) profissionais da educação; 2) conselheiros (Conselho Tutelar, Conselhos Municipal de Saúde e Educação); 3) profissionais da saúde; 4) gestores de serviços públicos e; 5) comunidade em geral. Foram trabalhados, respectivamente, os seguintes temas: 1) educação para a sustentabilidade, educação ambiental, educação em sexualidade, educação de jovens e adultos; 2) articulação entre conselhos, princípios éticos na gestão pública; 3) educação em saúde; 4) cooperativismo e associativismo familiar; 5) limites na educação de crianças e adolescentes, Estatuto da Criança e do Adolescente, educação e sexualidade para mães e pais, direitos e deveres de mães, pais e responsáveis por crianças e

adolescentes, *Cine Rondon*¹¹. Até o momento, foram realizadas três operações extensionistas, em diferentes cenários do Estado.

A primeira operação do NER/UDESC foi a Operação Contestado, vinculada a SDR de Caçador, localizada no Meio Oeste Catarinense, região Oeste. Constituindo-se operação piloto, a Operação Contestado¹² ocorreu nos municípios de menor IDH do Estado: Calmon e Matos Costas. Vale salientar que estes municípios não são contemplados por IES público que atenda as demandas regionais. As atividades desta operação foram desenvolvidas em dezembro de 2010 e contou com quatro professores, 14 acadêmicos e dois técnicos administrativos da UDESC e da UnB. Dos 14 discentes, 08 são acadêmicos da UDESC.

A segunda operação, denominada Operação Fronteira, foi concebida durante a abertura da Operação Contestado, em Caçador, quando o Secretário da SDR de Dionísio Cerqueira, nos apresentou as demandas de sua região, solicitando ao NER/UDESC ações extensionistas em seus municípios¹³ e nos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal da Fronteira¹⁴ (Paraná e Argentina). A operação extensionista foi desenvolvida em julho de 2011 nestes municípios, localizados na região Oeste, situada no Extremo Oeste, fazendo divisa com o estado do Paraná no Brasil e com a província de Misiones na Argentina. Contamos com a participação de quinze docentes, sendo nove da UDESC; tivemos ainda, a participação de nove servidores técnicos e 78 discentes da UDESC e das IES convidadas (UnB, UERR, Faculdade Projeção do Distrito Federal). Destes 78 discentes, 53 são acadêmicos da UDESC.

¹¹ O Cine Rondon consiste em um espaço destinado a apresentação de filmes à comunidade em geral que ocorreram todos os dias das operações nos municípios.

¹² O nome "Operação Contestado" foi escolhido para caracterizar a Guerra do Contestado, um conflito armado que ocorreu na região Sul do Brasil, numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, entre outubro de 1912 e agosto de 1916, envolvendo cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. Além de mim, na qualidade de professor da UDESC e coordenador do NER/UDESC, esta Operação contou com a participação da Prof^a Dra. Vera Márcia Marques Santos, Prof^o Me. Fábio Manoel Caliarí e o coordenador do Núcleo do Projeto Rondon da UnB, Prof^o Me. Antônio Carlos dos Anjos Filho. Somase ainda a participação de oito acadêmicos da UDESC e mais seis da UnB, além de dois técnicos de suporte da UDESC que exerciam a função de motorista e nos apoiavam no desenvolvimento das atividades.

¹³ Fazem parte da SDR de Dionísio Cerqueira, os municípios de Guarujá do Sul, Palma Sola, Anchieta, São José do Cedro, Princesa e Dionísio Cerqueira.

¹⁴ O Consórcio Intermunicipal da Fronteira trata da integração entre municípios da fronteira (Santa Catarina, Paraná e Misiones-Argentina) com intuito de dinamizar o processo de desenvolvimento econômico e social da região. Fazem parte os municípios de Bom Jesus do Sul (PR), Barracão (PR), Dionísio Cerqueira (SC) e Bernardo de Irigoyen (Misiones/Argentina).

A Operação Caminho dos Tropeiros, terceira operação, foi realizada em dezembro de 2011 no Planalto Serrano Catarinense, Região Serrana. Essa operação abrangeu 15 dos 18 municípios da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), composta pelas SDRs de Lages e São Joaquim¹⁵. Contou-se com a participação de 200 acadêmicos, 53 servidores, sendo 30 professores, sendo 15 da UDESC, e 25 técnicos-administrativos da UDESC, UnB, IFSC, UFCSPA e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul / campus Sertão (IFRS). Dos 200 discentes, 141 são acadêmicos da UDESC.

Chama atenção para o número crescente de docentes e de IES que vem se inserindo nas atividades de extensão, cuja primeira operação envolveu quatro docentes de duas universidades, passando para dez docentes de quatro IES e, em menos de dois anos, alcançando um total de 28 docentes de cinco universidades. Tal situação sinaliza para uma conscientização por parte do corpo docente no que diz respeito ao seu papel de agente fomentador dos jovens e das novas gerações, da responsabilidade e do compromisso da universidade com o contexto social, o que nas palavras de Júnior et al (2010) representa um trabalho social resultante da parceria com a comunidade que possibilita o desenvolvimento de diferentes contextos da sociedade.

Ressaltamos ainda o aumento significativo da participação discente nas operações extensionistas do NER/UDESC, respectivamente, quatorze, 78 e 200 acadêmicos. O número de discentes da UDESC com experiência em operações extensionistas junto ao NER/UDESC é de 167, visto que 30 alunos permaneceram com vínculo ao projeto, participando deste em mais de uma operação. Estudos sinalizam que a participação dos acadêmicos nas ações extensionistas vem contribuindo frutiferamente para formação de uma geração de cientistas, profissionais e cidadãos mais atentos às questões sociais do seu entorno. Freire (1979) já referia sobre o desafio de se inserir na realidade social e pensar em estratégias para transformá-la. Assim, considerando a importância da experiência em ações de extensão junto à comunidade no processo de formação acadêmica e profissional é que elegemos como colaboradores do estudo os discentes.

¹⁵ Os municípios que compõe as SDRs de Lages e São Joaquim são: Bom Retiro, Urubici, São Joaquim, Urupema, Rio Rufino, Bom Jardim da Serra, Bocaina do Sul, Palmeira, Otacílio Costa, Ponte Alta, Correa Pinto, São José do Cerrito, Anita Garibaldi, Capão Alto, Lages, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Paineal. As três últimas não foram lócus do projeto.

3.3 SELEÇÃO DO PÚBLICO PARTICIPANTE

Os sujeitos do estudo foram acadêmicos da UDESC que participaram das operações extensionistas organizadas pelo NER/UDESC no período de 2010 e 2011. Assim, a população do estudo foi constituída por 167 discentes.

Os critérios de elegibilidade para participação neste estudo foram:

1. Estar participando, ou ter participado, de ações de extensão;
2. Estar matriculado, pelo menos, no segundo semestre de um dos cursos de graduação da UDESC.

Como critério de exclusão será considerado a desistência de participação como colaborador do estudo, uma vez que será dado ao acadêmico o direito de decidir ser sujeito da pesquisa, bem como voltar atrás a qualquer etapa da mesma.

Vale considerar que embora tenhamos enviado o formulário para 167 discentes apenas 46 desejaram constituírem-se sujeitos da pesquisa, ou seja, aqueles que devolveram os formulários respondidos. Neste caso, a amostra foi constituída por 46 discentes. Conforme defendem Laville e Dionne (2007), a amostra não probabilística, do tipo voluntária, presume a participação de voluntários, onde se apela para que as pessoas aceitem colaborar com a pesquisa.

3.4 O PROCESSO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se o questionário. De acordo com Laville e Dionne (2007), a qualidade das respostas apresentadas no questionário permite ao pesquisador se certificar da competência do interrogado. Segundo os autores, essa técnica favorece ao participante um espaço para exprimir sua opinião, a partir do lugar e do momento em que se encontra, considerando vivências, conquistas, desafios, medos, angústias, desencantos e possibilidades, dentre outros elementos que compõem a riqueza de conteúdo trazido por cada um.

Como instrumento de coleta de dados, fizemos uso de um formulário estruturado (Apêndice A) com perguntas abertas, os quais foram enviados por correio online / email. Realizou-se também chamada através da rede social

Facebook a fim de reforçar a solicitação de colaboração na pesquisa. Conforme Laville e Dionne (2007), o questionário é uma técnica em que o instrumento pode ser distribuído pelo correio ou outro meio, podendo ser composto por respostas abertas.

A aplicação do formulário se dividiu em três eixos de abordagem: identificação pessoal; identificação acadêmica (curso, fase e centro) e por fim questões voltadas às operações extensionistas do NER/UDESC referentes às contribuições acadêmicas, profissionais e pessoais, compreendendo os aprendizados e competências, pontos positivos e negativos, etc.

Foram devolvidos 46 formulários, representando 27,5% dos acadêmicos da amostragem definida. Laville e Dionne (2007:186) referem que “um problema importante no recurso aos questionários emerge da taxa amíúde, muito baixa de retorno desses questionários, não se dando as pessoas o trabalho de respondê-los”.

A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo referencial metodológico da Análise de Conteúdo de Bardin, na modalidade Análise Categórica Temática (BARDIN, 2009), composta por três etapas: *pré-análise*, fase em foi feita leitura exaustiva do material bruto a fim de maior de familiarizar com o conteúdo e assim classificá-lo em unidades de sentido, através das quais os discursos se organizam; *exploração do material*, segunda fase caracterizada pela codificação das unidades de sentido por semelhanças e por diferenciação construindo assim as subcategorias e a terceira e última fase, e *tratamento dos resultados e interpretação*, que consiste no agrupamento das subcategorias, considerando suas características comuns, em categorias. As categorias com suas respectivas subcategorias estão apresentadas no quadro a seguir:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA
Percepção acerca da extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Ação para comunidades carentes - Ação acadêmica para a comunidade - Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade - Ação político-social
Extensão universitária enquanto política pública	<ul style="list-style-type: none"> - A inserção na realidade - O desvelamento da realidade social - A ação extensionista - Possibilidades de políticas públicas locais
Contribuições da extensão para a formação acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência profissional e cidadania - Trabalho em equipe - Relacionamento interpessoal - Visão interdisciplinar - Oratória em público

3.5 QUESTÕES ÉTICAS

Considerando as questões éticas, este estudo contemplou os seguintes aspectos: Os acadêmicos foram esclarecidos quanto ao objetivo, justificativa e relevância do estudo; sobre o direito de decidir participar ou não da pesquisa, bem como de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalização acadêmica; sobre a garantia do anonimato dos colaboradores, de modo que utilizamos nomes fictícios nos materiais apresentados em congressos ou publicados através de artigos e/ou livros; sobre o direito de solicitar informações sobre os benefícios da pesquisa, inclusive para elucidar dúvidas antes, durante e após a pesquisa; e que, diante de qualquer dúvida, poder-se-á entrar em contato com o pesquisador por telefone ou email. Informou-se ainda que não haveria qualquer tipo de remuneração, benefícios materiais ou financeiros, nem para o pesquisador nem para os sujeitos.

Os acadêmicos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), no qual constam os aspectos éticos acima mencionados.

Capítulo 04 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo mostra a extensão sob o olhar de acadêmicos com experiência em ações extensionistas. A vivência em múltiplos espaços de aprendizagem, a inserção em contextos sociais diversos e a articulação com diferentes áreas de saber possibilitam a estes discentes (re)elaborar suas percepções acerca da extensão universitária desvelando a importância da interação universidade-comunidade no seu processo de formação.

Essa interação se expressa por meio das seguintes falas:

As Operações são muito importantes no que diz respeito à integração universidade e sociedade. (Maria Otília Silva)

O RONDON cumpre muito bem com o seu papel de extensão, conseguindo aproximar a sociedade da universidade. (Coelho da Páscoa)

Colocar em práticas as teorias aprendidas dentro da universidade e compreender as vivências e as necessidades de uma comunidade é fundamental para que ocorra a integração entre a universidade e a sociedade. (Ana)

A extensão é algo único e exclusivo que tanto pesquisa quanto ensino, jamais poderão oferecer. Enxergo o Projeto Rondon como a expressão máxima da extensão universitária, que vai além dos muros da universidade. (Salsicha)

A extensão é o que nos move a ação de executar aquilo que vimos na teoria, mas que só vem a enriquecer quando se é colocada em prática. A Extensão Universitária tem sido um importante elo entre a universidade e a comunidade. (Pequenez)

A extensão enquanto estratégia de integração entre universidade e a sociedade também é apontada em estudo realizado por Carneiro et. al. (2011), os quais defendem que a tal relação enriquece o processo pedagógico e socializa o saber formal contribuindo para a participação da sociedade na vida acadêmica. Concordando, Arroyo e Rocha (2010) referem que os programas de extensão universitária possibilitam uma formação mais completa aos discentes, o que pôde ser percebido neste estudo.

As funções da universidade no senso comum, quais sejam, a produção do conhecimento e a formação de recursos humanos qualificados, não se consubstanciam no vácuo, mas em relação com a sociedade; ambas, sociedade e universidade, constituindo-se permanentemente nesta relação. (OLIVEIRA, 2004:2)

Os resultados permitiram apontar para percepções dos acadêmicos sobre extensão universitária, para a relevância da inserção propriamente dita na realidade social e suas contribuições no processo de formação acadêmica, bem como para a necessidade de políticas públicas no sentido de garantir a continuidade das ações extensionistas nos municípios. Neste sentido, os dados foram agrupados nas seguintes categorias com suas respectivas subcategorias: Percepção acerca da extensão (Ação para comunidades carentes; Ação acadêmica para a comunidade; Ação de troca de trocas de saberes entre universidade e comunidade; Ação político-social); Extensão universitária enquanto política pública (A inserção na realidade; O desvelamento da realidade social; A ação extensionista; possibilidades de políticas públicas locais); Contribuições da extensão para a formação acadêmica (Consciência profissional e cidadania; Trabalho em equipe; Relacionamento interpessoal; Visão interdisciplinar; Oratória em público).

4.1 PERCEPÇÃO ACERCA DA EXTENSÃO

Os resultados do estudo mostram que os acadêmicos apresentam diversas percepções acerca do que seja extensão, conforme expressam as subcategorias a seguir:

4.1.1 Ação para comunidades carentes

O estudo mostra que nos discursos de muitos sujeitos ainda permanece a percepção da extensão assistencialista, sinalizando resquícios das práticas dos governos militares, cujas ações voltavam-se para comunidades menos favorecidas economicamente, conforme ilustram as falas a seguir:

O projeto de extensão dá oportunidade de levar conhecimento e atividades de educação para a comunidade carente. (Beija-Flor)

Este projeto tem o intuito de ajudar comunidades carentes. (Cocada)

As ações de levar o conhecimento adquirido na academia aos moradores de cidades pequenas, ou de bairros carentes das grandes cidades, são de extrema importância na construção de um cidadão. (Maria Otília Silva)

É um projeto desenvolvido com o objetivo de transmitir conhecimento, experiência e até mesmo profissionalização para comunidades carentes. (Luiz Henrique Vargas)

[...] projeto de extensão voltado a levar conhecimento a alguma comunidade carente. (Cocoroca)

[...] acadêmicos de diferenciadas áreas se reúnem em prol do auxílio a comunidades carentes, levando conhecimento e divulgando o nome da instituição. (Luana da Silva)

Quando decidi fazer o Rondon era pelo fato de querer fazer algo mais voltado com pessoas e principalmente com a comunidade carente na expectativa de aprender e poder ensinar. (Coelho da Páscoa)

A percepção dos acadêmicos é reforçada na visão de Carneiro et al. (2011), quando estes referem que os projetos de extensão tendem a ser realizados em comunidades mais carentes, pois as mesmas necessitam maior atenção já que, na maioria das vezes, são os locais de maior índice da violência, analfabetismos e onde tem menos recursos humanos disponíveis, de modo que as universidades buscam minimizar tais iniquidades, podendo sensibilizar a comunidade, sobretudo os gestores, para novas perspectivas de vida.

Pesquisa realizada por Leita e Nunes (2009) também sinaliza para percepção da extensão enquanto ação para “populações carentes”. Mostra ainda que por favorecer a aproximação dos alunos com a realidade, os programas de extensão permite a identificação das necessidades da comunidade e viabiliza ações de intervenções, principalmente, vinculadas aos serviços públicos diversos, como educação e saúde. Estes podem, e devem, pensar estratégias políticas de continuidade das ações de modo a trazer impacto sobre as demandas previamente identificadas.

Embora essas percepções retratem a extensão enquanto ação para comunidades carentes, Maciel (2009) pontua a necessidade de dissociar ação extensionista de ação assistencialista, defendendo extensão enquanto possibilidade de formação profissional aliada ao desenvolvimento social.

Jezine (2004) questiona a visão da extensão enquanto uma atividade menos valorizada na estrutura universitária e realizada por professores com menor titulação

em comunidade carentes e defende uma nova visão de extensão universitária com função acadêmica a medida em que integra a dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento.

Para Gramsci (1989), a integração teoria-prática favorece o desenvolvimento da relação entre sujeito e sociedade, proporcionando um novo pensar e fazer, que a nosso pode ser capaz de transformar a realidade.

4.1.2 Ação acadêmica para a comunidade

Os discursos também permitiram evidenciar percepção da extensão enquanto ação do meio acadêmico para a comunidade, sinalizando que o conhecimento se concentra nos espaços acadêmicos e se dá a partir de sua transmissão de forma verticalizada, sendo a comunidade receptora deste. Essa percepção pode ser observada nas seguintes falas:

A operação é um momento valioso para levar o conhecimento científico adquirido na universidade para a comunidade. (Pequena)

As Operações do NER se mostram uma excelente forma de levar conhecimento às regiões que não tem acesso direto à Universidade. (Caixa d'água)

[...] aplicar o conhecimento aprendido na universidade. (Formigão)

[...] um projeto que leva o conhecimento universitário para além dos muros da academia. (Malifá-Ibis)

Extensão universitária é uma ação da universidade junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos. (Coelho da Páscoa)

Para Silva, Neves e Barros (2011), a interação da universidade com a população se dá a partir de ações educativas vinculadas ao conhecimento acadêmico. Estudo de Cardoso (2007) já apontava para o papel da universidade diante as demandas da comunidade, considerando a necessidade de um plano de ação construído por docentes e discentes. Ambos os estudos sinalizam para o poder do conhecimento que a universidade detém, de modo que o saber, na extensão, era transferido da universidade para a comunidade.

É extremamente relevante que as universidades proporcionem ações de informação e educação. No entanto, estas não exclui a possibilidade de incorporação de conhecimentos populares, visto a gama de saberes que a comunidade compartilha.

4.1.3 Ação de troca de saberes entre universidade e comunidade

O saber da comunidade também foi compreendido pelos sujeitos. Os resultados sinalizam para a percepção da extensão enquanto ação que oportuniza a troca de saberes entre universidade e comunidade. Mais do que isso: desconstrói-se a ideia preconcebida de que a universidade detém o conhecimento uma vez que os discentes se dão conta de que cada espaço tem um saber próprio que pode ser compartilhado e de que o saber da comunidade, mesmo sendo de senso comum, pode e deve ser legitimado. Segue trechos dos discursos para ilustração:

As operações oportunizam justamente a troca dos diferentes conhecimentos que temos na nossa sociedade, pois ao mesmo tempo em que um acadêmico tem a oportunidade de levar para a sociedade aquilo que ele aprendeu na universidade, ele também tem oportunidade de aprender coisas novas com acadêmicos de outras áreas e principalmente com pessoas que nunca frequentaram nem se quer uma escola. Muitas vezes, vamos para uma operação achando que vamos ensinar algo a determinadas pessoas, com pessoas que você julga ter um conhecimento inferior ao seu, porém acabamos aprendendo mais do que ensinando a estas pessoas (Maninho)

O trabalho é muito gratificante, passamos um pouco do conhecimento que adquirimos na universidade e aprendemos muito com os moradores locais. (Atos)

Eu achava que poderia levar muito conhecimento ao lugar onde iria atuar, mas na realidade a troca de experiências entre comunidade-aluno foi tão intensa que tenho a plena certeza de que aprendi muito mais do que pude ensinar [...] a troca intensa de experiências e aprendizados foi importantíssima para a formação da boa profissional que desejo futuramente ser. (Lisa Bella)

Nós levamos um pouco do nosso conhecimento como universitários, porém descobrimos um universo novo que não nos é apresentado dentro da universidade. (Ana)

Um grande aspecto positivo foi que ambas as partes saíram ganhando maior conhecimento e experiência. (Inomis)

Apreendi que o conhecimento não está só na universidade, mas está vivo junto com as pessoas simples também. (Pinto)

A ideia é que os alunos apliquem conhecimentos construídos na universidade às atividades do Rondon e tragam vivências da prática para serem estudadas na universidade (JV)

[...] é um troca mútua entre a sociedade e a Universidade. Há com certeza o engrandecimento de ambas com as ações realizadas. (Júlia)

Fica visível que, por incrível que pareça, se aprende muito mais do que ensina. (Caixa d'água)

[...] descobrimos que estamos lá para aprender e trocar experiências e não para ensinar. Na maioria das vezes vamos para municípios bem pobres, com uma população carente, e ao mesmo tempo com uma riqueza de sabedoria. Nessas comunidades conhecemos pessoas muito sábias, que já viveram muitas coisas, uma sabedoria que não veio das salas de aulas em escolas, universidades, mas sim da escola da vida, com o passar dos anos [...].(Ppto)

O trabalho desenvolvido demonstrou aprendizado de ambas as partes, tanto da comunidade que aprendia com os graduandos quanto dos acadêmicos que aprendiam um pouco sobre a realidade que poderão encontrar quando saírem para o mercado de trabalho. (Luana da Silva)

O primeiro paradigma que se quebra é a ideia de que nós universitários somos detentores do saber. Basta apenas alguns dias para que o aluno perceba como é de fato essa “via de mão dupla”. (Salsicha)

A extensão universitária é um processo que possibilita um riquíssimo aprendizado, podendo trazer benefícios para a comunidade a qual é palco (CARNEIRO, et al, 2011). Esse compartilhamento de saberes foi apontado no estudo de Leita e Nunes (2009) que consideram os programas de extensão universitária de sumária importância justamente por promoverem uma interação entre os estudantes e a comunidade, e conseqüentemente a troca de conhecimentos. A troca do saber, ao confrontar os conhecimentos das diferentes áreas, amplia a percepção acerca do fenômeno, propiciando a construção de um saber mais global (MOREIRA; PELLIZZARO, 2009).

Assim, Ribeiro (2009) resume a extensão universitária como uma parceria entre a sociedade acadêmica e a sociedade civil, ancorada na troca de conhecimentos, para uma transformação social onde todos se beneficiam.

Chama atenção os discursos de alguns acadêmicos, como *Caixa d'água*, que revelam percepções contraditórias acerca da extensão pois em alguns momentos a expressam enquanto um processo verticalizado e em outros, como troca de saberes. Essa incoerência guarda relação com o modelo extensionista verticalizado praticado neste país, conforme já observado. Assim, embora compreendam a extensão universitária enquanto ação que promove troca de saberes, em algum momento deixam-se trair pelo discurso hegemônico que ainda é reproduzido, de que a extensão universitária é uma ação unidirecional, onde apenas a academia produz conhecimento.

A este respeito, Jezine (2004) refere que a extensão não representa um caminho unilateral da universidade para a sociedade, sendo importante a associação entre o saber científico e o saber popular em um constante movimento dialético, onde as atividades podem se inserir na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora.

A perspectiva da relação dialógica entre universidade e sociedade como oportunidade de troca de saberes integra o conceito de extensão formulado, em 1987, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras e reafirmado no Documento Universidade Cidadã de 1999 e no Plano Nacional de Extensão de 2000, que define a extensão universitária como um processo indispensável para a formação discente, para a qualificação docente professor, como também para o intercâmbio com a sociedade (NOGUEIRA, 2000).

4.1.4 Ação político-social

A percepção sobre extensão enquanto ação de caráter político-social foi bastante compartilhada entre os discentes. Na ótica dos sujeitos do estudo, fica claro que a extensão universitária é uma política pública educacional cujas ações levam em conta às demandas de uma sociedade que financia o sistema universitário. Assim, a ação extensionista desvela-se, neste estudo, como uma política de reparação social, como se percebe nos discursos:

O Rondon nada mais é que uma forma de devolver para a sociedade o investimento que ela mesma faz. (Lisa Bella)

Poder participar de ações de Extensão Universitária é poder retribuir de alguma forma a população que mantém financeiramente nossa universidade através de suas contribuições tributárias [...] porque é uma forma de retribuir a sociedade que contribui na manutenção da universidade através dos impostos por ela gerado (Pequenez)

É uma forma de retribuição, pois a universidade sendo pública é mantida com os impostos arrecadados dessa população. (Pequena)

É uma forma de estar retribuindo a sociedade, de um modo geral, o investimento que ela fez na sua formação. (Maninho)

As operações são um dos principais meios de nós retribuirmos a sociedade o que ela investe no nosso conhecimento já que estudamos em instituições de ensino que são mantidas pelo estado. (Atos)

A Universidade, especialmente pública, em minha opinião, tem que trazer resultado aos seus mantenedores [...] Por isso acredito que a extensão universitária, nestes moldes propostos pelo Projeto Rondon, de certa forma, devolvem a esta categoria os investimentos realizados. (Sal)

É uma oportunidade de devolver um pouco o investimento que recebemos da sociedade a partir de impostos (Cocada)

É a necessidade que os acadêmicos têm de se inserir na sociedade, buscando a devolutiva dos investimentos realizados pela população no ensino superior e de qualidade. (Iniraiglof)

A percepção da extensão universitária enquanto uma forma de retorno à sociedade que a financia também é contextualizada em outros estudos. Rodrigues, Oliveira e Robazzi (1993) já defendiam o compromisso da universidade para com a sociedade, também considerando o fato da mesma ser financiada pelos impostos pagos por toda população, o que é corroborado por Arroyo e Rocha (2010) quando declaram que os profissionais passaram anos dentro da universidade pública paga com recursos públicos. Sendo assim, as universidades precisam de alguma maneira dar uma resposta a essa população.

Conforme Maciel (2009), o Estado tem o dever de manter a universidade brasileira e esta um compromisso público em promover subsídios que oreintem a formulação de instrumentos e políticas públicas no sentido de assumir seu sua função social.

4.2 EXTENSÃO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

Percebida como ação política, a extensão universitária possibilita a inserção do discente na realidade social, o que favorece o reconhecimento das necessidades e demandas da comunidade, a partir das quais se busca sensibilizar a comunidade para a identificação de estratégias de intervenção no sentido de superá-las, a partir da ação extensionista. Embora pontual, essa ação tem o propósito de apontar caminhos para que a gestão local possa implementar e acompanhar políticas públicas de caráter mais permanente que permitam de fato intervir sobre às demandas locais.

4.2.1 Inserção na realidade

Enquanto política educacional, a extensão universitária possibilita aos discentes novos cenários de aprendizagem, aproximando-lhes do contexto social, político e econômico, nos quais tem a oportunidade de apreender a dinâmica das relações de poder que permeiam este contexto, o que lhes proporcionam um conhecimento que se encontra para além dos “muros acadêmicos”. Os discursos a seguir permitem melhor visualizar essa percepção dos acadêmicos:

A comunidade é a base da atuação política social. Devemos sair dos muros da universidade e aprender com o que a vida tem a nos mostrar. [...] Ter participado da operação me mostrou que eu não era só o que a universidade me mostrava ser. (Malifá-Ibis)

A Extensão Universitária é uma ferramenta de grande importância, como política pública. As operações realizadas pelo NER/UDESC é uma forma de imersão dos universitários no meio social, aproximando a universidade das comunidades. (Ppto)

É na extensão que o acadêmico irá conhecer e avaliar a realidade em que vive. (Arara)

É uma de forma de aproximar acadêmicos e futuros profissionais com a realidade das comunidades. (Flor & Luna)

[...] ficar dia após dia preso ao mundinho da sala de aula não é o suficiente para a formação de um acadêmico, sendo necessário dar a possibilidade de aplicar, pelo menos parte do conhecimento adquirido na comunidade. (Caixa d'água)

Me levou ao contato e convivência com uma realidade multicultural que até então não conhecia (Beija-Flor)

Esse projeto me trouxe experiências e vivências que se eu ficasse só nas quatro paredes da universidade eu não as teria. (Babi)

As operações foram cruciais para o conhecimento de um Brasil profundo, que ficaria oculto para mim se não fosse a oportunidade de participar do projeto. (Andarilho)

Ao realizar as operações, a Universidade leva o estudante para outras realidades dentro de seu país, promovendo um intercâmbio tão importante quanto um intercâmbio para um país no exterior. Os estudantes conhecem a população, sentem as dificuldades, visualizam-nas. Tudo isso contribui para a formação profissional do aluno que um dia trabalhará diretamente com essa população. (Manuela)

A comunidade da qual fazemos parte é muito mais complexa do que apenas aquilo que nos é apresentado na academia. (Iniraiglof)

A vivência acadêmica através da teoria nos passa uma visão totalmente distorcida da realidade. As leis, a constituição, os manuais, as publicações, nos deixam com a certeza que tudo funciona e que as dificuldades no sistema são simples e de fáceis resoluções. Entretanto, quando o acadêmico se insere na realidade do nosso país, consegue enxergar que esta é, em partes, muito diferente da teoria [...] (Grêmio)

Inserindo o aluno no campo de atuação, a extensão universitária possibilita uma formação curricular mais abrangente, pois o campo de conhecimento vai além da rotina da sala de aula, de modo que o profissional pode atuar diretamente no foco da demanda social (CARNEIRO et. al., 2011). Essa primeira aproximação como a realidade na comunidade possibilita um conhecimento que não se consegue dentro da universidade (RIBEIRO, 2009). Percebe-se assim que o contato com o cenário social desvela-se enquanto metodologia inovadora, permitindo identificar mudanças nos processos de ensino-aprendizagem (SANTOS et. al., 2011).

Todavia, Rodrigues, Oliveira e Robazzi (1993) consideram que a densidade dos componentes curriculares obrigatórios toma o tempo do aluno, dificultando sua inserção em demais espaços que a universidade oferece através dos projetos de extensão. Outro fator que compromete a inserção do aluno na realidade social diz respeito aos investimentos ainda tímidos, destinados a essa área do conhecimento, sendo necessários estudos que deem maior visibilidade a importância das ações extensionistas para a formação de profissionais mais críticos, reflexivos e conscientes das demandas sociais.

4.2.2 Desvelamento da realidade social

A inserção nos diversos cenários de atuação da extensão universitária possibilita aos acadêmicos reconhecer os problemas e demandas existentes nas diferentes comunidades onde as ações vem sendo desenvolvidas, como segue os relatos ilustrativos:

A imersão durante o projeto possibilita a identificação das necessidades e demandas em todas as atividades executadas e nas conversas de equipe. [...] Principalmente nas reuniões de avaliação dos trabalhos diários é que se pode notar e avaliar o que a comunidade está precisando para o seu desenvolvimento local [...] O projeto é uma política pública, pois trabalha em e com a comunidade por um bem comum. (Filha)

A partir do contato com a comunidade é possível diagnosticar seus anseios, necessidades. (Arara)

Identificamos características, necessidades, potenciais e agravantes nas localidades trabalhadas. (João Pedro)

A experiência extensionista nos faz perceber as fragilidades e potencialidades da comunidade. (Iniraiglof)

Após conhecer e participar de uma operação do Projeto Rondon realizada pelo NER/UEDESC, e conhecer de perto a realidade de vida, de costumes, problemas e culturas de diferentes realidades brasileiras, me tornei uma pessoa mais preocupada com os problemas sociais. (Ppto)

Pude observar que a maioria dessas mulheres possuía em média 4 filhos. Havia mulheres com até 12 filhos. A gravidez na adolescência também é um fato comum, além da alta taxa de natalidade. [...] isso me desafiou, criou em mim um sentimento de responsabilidade social, ao mesmo tempo uma preocupação sobre a assistência a saúde que está sendo oferecida a estas mulheres, e a população como um todo. [...] Vivenciar outra realidade faz com que percebemos o quanto de trabalho temos pela frente. (Júlia Rosa)

Ao longo dos tempos, a universidade passou por diversas modificações na formação dos profissionais, tendo diferentes funções. Hoje, o cenário universitário aponta para uma maior aproximação com a realidade social, possibilitada pela extensão (CARBONARI; PEREIRA, et al. 2007).

As falas mostram que a inserção na realidade possibilita o desvelamento dos problemas e das demandas locais. Cardoso (2007) defende um modelo de extensão

no qual é necessário que a universidade esteja aberta a compreender os anseios da comunidade, bem como suas demandas. Cabe à universidade pensar ações no sentido de transformar esse contexto social.

É necessário que as universidades reflitam sobre o profissional que se quer e repensem, não só os conteúdos curriculares para formação desse, mas principalmente as práticas pedagógicas e metodológicas que valorizem o saber de espaços outros, além da Universidade, e contribuam para a formação de um profissional ético e comprometido com a realidade social e de saúde (SANTOS, et al., 2011:584)

A este respeito, Carneiro et. al. (2011) observam que a extensão torna os acadêmicos capazes de refletir sobre os reais problemas existentes e lhes oferecem subsídios para uma tomada de decisão, considerando o bem estar da população. Neste contexto, as instituições de ensino devem contribuir para o desenvolvimento regional, mas sem se desfocar das metas universais buscadas pela educação (CARBONARI; PEREIRA, et. al. 2007).

4.2.3 A ação extensionista

O desvelamento das necessidades e demandas sociais levam os acadêmicos a pensar estratégias de superação de tais questões, que podem ser implementadas a partir de ações extensionistas, que possam sensibilizar a comunidade, inclusive os gestores públicos, e vislumbrar estratégias de transformação da realidade que se mostra. Na percepção dos acadêmicos, tais ações requerem planejamento, conforme expressam os discursos a seguir:

A convivência com uma realidade com diferentes necessidades exige diferentes estratégias de intervenção, o que me levou a buscar e aprofundar conhecimento e planejamento diante da situação [...] É necessária a colaboração e o interesse de todos, o que contribui para um bom diagnóstico, planejamento e desenvolvimento de ações. (Beija-Flor)

As vivências nas operações permitem a identificação de necessidades, demandas, prioridades, na comunidade, nas mais diversas áreas possíveis, na saúde, na educação, na segurança pública, na comunicação, na qualidade dos serviços oferecidos a população, na satisfação destes indivíduos quanto a essa oferta. (Iniraiglof)

Tem que agir conforme a situação e ser pró-ativo para resolver os problemas. (Manuela)

Apenas força de vontade não é o suficiente, sendo necessário também planejar as atividades (Caixa d'água)

É fundamental esse contato com a comunidade, perceber e vivenciar de perto os problemas de uma população [...] é aprender como podemos tentar transformar uma realidade. (Santana)

O projeto Rondon do NER-UDESC não é de assistencialismo, e sim de levar informação e criar um início de reflexão sobre os problemas sociais das comunidades atendidas. (Zingo)

As atividades de extensão propicia uma aproximação da realidade social da população, contribuindo para formação de um profissional consciente de sua responsabilidade (RIBEIRO, 2009). Assim, o trabalho de extensão contribui para incentivar a produção de soluções por parte da própria comunidade, o que atenua o princípio de acomodação que o assistencialismo vigente a certa época adotava (LEITA e NUNES, 2009).

Ribeiro (2009) explicita a importância do Plano Nacional de Extensão, que vem assegurar a prática acadêmica interligando universidade e comunidade. Esse documento demonstra também a possibilidade da formação de um profissional cidadão que participa na organização da comunidade e intervém em sua demanda. No entanto, é de extrema importância a inclusão da comunidade no processo de planejamento conjunto das ações que lhes dizem respeito (FANTIN, 2011).

Fantin (2011) também refere sobre o papel da extensão no processo de identificação das necessidades e peculiaridades da região, fator importante para o direcionamento de políticas públicas de desenvolvimento para o local. Daí a importância do planejamento e avaliação das ações extensionistas realizadas, considerando que:

A avaliação é um elemento crucial para as Políticas Públicas. [...] a avaliação também é uma fonte de aprendizado que permite ao gestor perceber quais ações tendem a produzir melhores resultados. [...] A avaliação de uma política também deve enfocar os efeitos que esses impactos provocam e que se traduzem em novas demandas de decisão por parte das autoridades, com o objetivo de anular ou reforçar a execução da medida. Também é importante analisar se a política produziu algum impacto importante não previsto inicialmente, bem como determinar quais são os maiores obstáculos para o seu sucesso. (LOPES e AMARAL, 2008:19)

4.2.4 Possibilidades de políticas públicas locais

Embora direcionadas para os problemas e demandas identificadas na comunidade, as ações extensionistas são realizadas de forma pontual, sendo necessário que os gestores locais viabilizem políticas públicas no sentido de dar continuidade a estas ações a fim de que se intervenha, de fato, nas questões levantadas. Soma-se ainda a importância da mobilização da comunidade, a partir da articulação de diversos segmentos, no sentido de conhecer suas necessidades e cobrar medidas políticas de enfrentamento, conforme se observa nas falas que seguem:

As operações do NER podem ser consideradas uma forma de Política Pública porque a essência de uma política pública visa à solução de problemas da sociedade em geral, e que sempre tem uma continuidade. [...] tentamos fazer com que as informações transmitidas sejam continuadas pelos membros, pelas lideranças da comunidade. [...] fazer com que a melhoria ocorra, já não depende apenas de nós, do projeto, mas de um sistema integrado de esferas, departamentos e profissionais comprometidos. (Iniraiglof)

É uma forma de fazer as pessoas refletirem sobre seu atual estado e sobre o que precisa ser feito para mudá-lo. [...]. As pessoas acabam se espelhando nas ações do projeto para buscar melhorias sociais. [...] A sociedade precisa ser ouvida pelos gestores e governantes. Só depois de saber do que esta realmente necessita é que se pode fazer mudanças que contem com sua participação efetiva. (Enfermagem)

A parceria entre universidade, prefeitura e população é fortalecida, podendo esta ser continuada nas comunidades por intermédio da sociedade civil organizada. (Arara)

São diversas contribuições, tanto a curto como a longo prazo. A curto, pelas informações e atividades desenvolvidas. A longo prazo, pela continuidade dessas ações pelos próprios munícipes. (Júlia Rosa)

[...] os trabalhos que realizei nas cidades, foram muito importantes nas comunidades onde foram aplicados. Porém, sinto falta de realizar trabalhos principalmente com gestores, e líderes locais, com o intuito de criar um sentimento de “pertencimento” das atividades, resultando assim, na manutenção das atividades realizadas, além de instiga-los na criação de novas práticas e políticas públicas de apoio e capacitação da comunidade. [...] percebi que quando os gestores tem um interesse, as atividades se realizam com maior facilidade e maior sucesso. (João Pedro)

[...] o projeto contribui para fortalecer e fomentar a continuidade deste trabalho na comunidade. (Cabeça)

A partir do momento que nos inserimos no contexto das comunidades, é possível identificarmos as deficiências destas, bem como as potencialidades, auxiliando as secretarias municipais na elaboração de estratégias de enfrentamento dos problemas. [...] é disponibilizado às prefeituras um relatório das atividades, bem como das situações encontradas e as possíveis estratégias de solução. (Grêmio)

Na concepção de Fantin (2011), extensão favorece a aproximação da universidade com a comunidade, o levantamento de suas necessidades e a elaboração de estratégias de resolução de problemas ou prestação de serviços que gerem mudanças efetivas na realidade das mesmas. Tem como ponto basilar a função de explicitar as necessidades e desejos da comunidade quanto ao seu próprio futuro, disponibilizando as diretrizes para a participação municipal no sentido de dá continuidade as ações realizadas pela extensão universitária.

Na visão de Teixeira (2002), as ações políticas são um processo dinâmico que devem ser pensadas considerando-se o público-alvo, os benefícios e as consequências socioeconômicas e políticas das ações, bem como os responsáveis pelas diferentes instâncias destas. Estas requerem mobilização da sociedade civil, valorizando as negociações, alianças e as coalizões de interesses.

Lopes e Amaral (2008:7) observam que

cabe ao formulador de Políticas Públicas conseguir perceber, compreender e selecionar as diversas demandas.[...] Compreendidas as diversas demandas e expectativas da sociedade, ele fará a seleção de prioridades para, em seguida, oferecer as respostas. As respostas nunca atenderão às expectativas de todos os grupos. Alguns grupos serão contemplados, outros não. Para os grupos contemplados, o governo terá de formular e desenvolver ações para buscar atender suas expectativas, integral ou parcialmente. Quando o governo busca atender as principais (na sua percepção) demandas recebidas, diz-se que ele está voltado para o interesse público (ou seja, para o interesse da sociedade). Ao atuar na direção do interesse público, o governo busca maximizar o bem estar social.

Assim, a extensão tem um papel fundamental quanto a humanização do cuidado prestado à comunidade e a auxilia na implementação de políticas públicas direcionadas para tentar sanar as necessidades existentes (CARNEIRO, et al, 2011), concordando com Jezine (2004) quando refere acerca da capacidade da extensão universitária de promover a organização política, social e cultural dos diferentes grupos sociais e da importância do posicionamento participativo, crítico e

construtivo dos possíveis modos de organização e cidadania da comunidade, de modo a revelar um novo pensar e fazer que tenha reflita positivamente em intervenções sobre sua realidade.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA

A experiência em ações extensionistas favoreceu aos discentes desenvolverem consciência profissional, sobretudo por se perceberem enquanto importantes agentes de transformação social. A interação com o outro, seja ele da sua ou de outra universidade ou comunidade, favoreceu o aprimoramento nas relações interpessoais e no trabalho em equipe, sendo esta uma oportunidade de aprofundar o saber sobre o fenômeno e ampliar a visão de mundo. A oratória também foi apontada como ganho potencial dessa experiência.

4.3.1 Consciência profissional e cidadania

O aprendizado da vivência na extensão universitária proporciona, aos discentes, um espaço de tomada de consciência profissional, fazendo com que estes reflitam acerca de sua responsabilidade enquanto cidadãos inseridos em um determinado contexto social, o que pode favorecer o crescimento pessoal e profissional. Tais reflexões são observadas nos discursos dos discentes:

Considero que cresci como pessoa. Pude criar uma opinião crítica sobre o que é sociedade e o que é trabalho social. [...] Cada cidadão do nosso país deveria ser consciente de que pode fazer com que nosso ele cresça [...] Acredito que um pouco do meu pensamento sobre a sociedade, das minhas críticas ao poder público, das minhas elucubrações sobre o que é fazer parte e trabalhar para a sociedade, tomaram forma e\ou se legitimaram a partir dos meus trabalhos no Rondon. (Malifá-Ibis)

Antes acreditava que deveria crescer na minha área, verticalizar meus estudos e ir trabalhar em alguma empresa. Contudo, no Rondon, percebi que posso muito mais do que isso! [...] Essa experiência não auxilia somente no aprendizado enquanto

acadêmico, ou enquanto profissional. Muito mais do que isso: desenvolve a percepção de um acadêmico a fim de formar um profissional capaz de trabalhar pensando nas diferentes esferas. [...] Auxilia na construção de um cidadão mais crítico e entendido quanto aos problemas sociais; na construção de um cidadão mais preparado para diferentes situações e aproxima a academia da comunidade. (Sal)

Hoje posso me considerar uma pessoa e um cidadão melhor, mais consciente e que pensa coletivamente. (Caixa d'água)

Através da extensão, não só do Projeto RONDON, mas de outros projetos [...] faz o indivíduo participante perceber a vida e a comunidade com um olhar mais humanizado e acolhedor diante de situações. (Bas)

Mudei bastante. Desenvolvi minha relação interpessoal, liderança e empatia. Aumentei muito a tomada de iniciativa, toda vez que encontro um problema que precisa ser resolvido. Além, é claro, da capacidade de identificar problemas e propor soluções. (JV)

Acredito que saí uma nova pessoa, muito mais humana e sensível aos problemas de nossa sociedade. Além disso muito mais compreensiva e capaz de lidar com as diferenças e trabalhar em prol de uma mesma causa [...] de enxergar novos horizontes, trabalhar em grupo, lidar com as diferenças (Ovat)

[...] somente assim, criam-se profissionais responsáveis, éticos e com moral suficiente para perceber as necessidades e exercer as diversas profissões com respeito e consciência. (João Pedro)

É uma possibilidade de ter uma experiência profissional que transcende sua área de afinidade e especialidade. (Salsicha)

Esta é de grande importância na minha formação acadêmica pois leva a integração do aluno com a comunidade trazendo ao acadêmico novas experiências o que contribui para o crescimento pessoal e profissional; complementa a grade curricular preenchendo lacunas deixadas por esta [...] leva o acadêmicos a pensar de diferentes modos; leva a novas perspectivas profissionais; colabora para a formação profissional e cidadão; permite o contato com novos conhecimentos; estimula ao aprimoramento das capacidades; e responsabilidade e compromisso com a comunidade o que nos leva a sempre buscar mais para satisfazer as necessidades da população. (Beija-Flor)

As atividades realizadas como extencionista através do NER/UESC nos impulsionava a fazer sempre mais e mais, nos transformando em novos cidadãos, mais humanos, e preocupados com a realidade e futuro dos cidadãos de nosso país. (Ppto)

A universidade não tem só o papel de ensinar, mas também formar profissionais mais críticos, com responsabilidade social e com uma visão humanista.

Esse compromisso se expande também para os projetos de extensão (ARROYO, ROCHA, 2010).

A extensão universitária é um projeto social que contribui para a formação de um cidadão ético e consciente de seus deveres sociais (CARNEIRO, et al, 2011; CARBONARI; PEREIRA, et al. 2007). Carneiro et. al. (2011) também reconhecem a importância da extensão na formação intelectual e ético-solidária do acadêmico, e acreditam que aquele que experienciam ações extensionistas se tornam mais sensibilizados para as questões sociais, gerando melhor qualificação profissional.

Jezine (2004) pontua a necessidade da universidade buscar uma formação que aguce nos acadêmicos o compromisso e o comprometimento social, princípio a ser desenvolvido na prática curricular do ensino, da pesquisa e da extensão.

4.3.2 Trabalho em equipe

Trabalhar em equipe foi apontado com uma das habilidades viabilizadas pela inserção na extensão universitária o que se dá, sobretudo, por conta da necessidade de interação entre os atores sociais para a realização das atividades vinculadas ao projeto.

O projeto Rondon contribuiu muito para a minha formação acadêmica, profissional e pessoal, pois mostrou a importância do trabalho em equipe, sendo sempre realizada com humildade e responsabilidade [...] vivencia em equipe com pessoas desconhecidas com um objetivo único e aprendendo a lidar com as características de cada um. Depois da participação do projeto tive mais facilidade em trabalhar em grupo, com iniciativa e criatividade. (Pequena)

A maior contribuição, com toda certeza, foi a de aprender a trabalhar em grupo, um trabalho tanto intelectual quanto braçal. Isso com certeza foi um diferencial. (Macho)

[...] o trabalho em conjunto, a parceria e o comprometimento foram competências as quais pude desenvolver melhor, compreendendo as diferenças pessoais e trabalhando em conjunto para um resultado final positivo. (Filha)

No Rondon, aprendemos a trabalhar em grupo, a respeitar a cultura e as tradições daqueles com os quais estamos entrando em contato. Aprendemos que não necessariamente o que eu acho certo ou bom, é também para os membros da comunidade. (Malifá-Ibis)

[...] aumentou a visão de como é importante trabalhar em grupo, deixando de lado aquele pensamento "Cada um por si e Deus por todos" [...] porque se cada um puxar para um lado nada dará certo, pelo contrário afundaremos cada dia mais. (Inomis)

A extensão é imprescindível para o levantamento das principais necessidades da comunidade, e conseqüentemente o direcionamento dos trabalhos da equipe (FANTIN, 2011). Contudo, não pretende anular as especificidades de cada área e sim contribuir para o avanço do conhecimento promovendo um olhar mais amplo sobre determinado objeto.

O exercício de se trabalhar em grupos potencializa o desempenho do trabalho em equipe (SANTOS et al, 2011). Este exige dos integrantes o exercício democrático de distribuições de poderes e de funções, o que requer confiança nas capacidades e saberes do outro e favorece novas aprendizagens, sobretudo pelo desenvolvimento da capacidade de lidar com a diversidade de situações (VILLA; ARANHA, 2009).

4.3.3 Relacionamento interpessoal

As ações extensionistas favorecem o convívio dos discentes com outros acadêmicos, com docentes de outros centros e de outras instituições de ensino superior, com autoridades locais e com a comunidade em geral. Essa diversidade de sujeitos exigiu dos discentes novas referências para relacionar-se com o outro, desenvolvendo nestes maiores habilidade nas relações interpessoais, podendo ser percebido a partir dos discursos que seguem:

Um dos pontos que considero importante é que durante as Operações do Rondon, entramos em convivência com um grupo de desconhecido. Esse convívio me fez aprender a trabalhar em grupo respeitando as diferenças de pensamentos e sabendo nos organizar durante as tarefas. [...] Aprendi a conviver harmoniosamente com diferentes tipos de pessoas [...] aprendi a conviver em grupo. (Lisa Bella)

Com certeza o meu melhor aprendizado e também uma competência adquirida foi na minha forma de interação com pessoas que não fazem parte dos meus círculos diários. (Macho)

Há uma maior facilidade no contato interpessoal, uma melhoria na convivência em grupo [...] Digo que quem realiza operação como essas do NER sai da universidade com diferencial a mais, porque estará mais preparado para lidar com as pessoas que farão parte do seu meio profissional seja elas pacientes, familiares ou colegas de trabalho. (Pequenez)

Aprender a lidar com o público e saber conversar com ele é a principal função de uma Comunicadora. (Santana)

É a capacidade de se relacionar com pessoas desconhecidas. (Marizete Soares)

O fator que mais me chama atenção são as interações sociais. [...] Percebi onde tenho dificuldades nas interações sociais e como me comporto frente a situações limites (Manuela)

Como acadêmico e profissional, as operações me trouxeram mais capacidade de desenvoltura no relacionamento com as pessoas. (Pinto)

Você convive com pessoas muito diferentes e tem que aprender a lidar com as diferenças [...] porque não é fácil lidar com algumas situações, mas tem que aprender porque você está em grupo e tem que pensar no coletivo. Todo o processo de interação social, organização, lidar com situações limites vão contribuir para o profissional, afinal o mercado de trabalho não age de forma diferente. (Manuela)

A principal contribuição das operações, tanto para a minha vida acadêmica, quanto à vida pessoal, foi o conhecimento obtido nas relações interpessoais. A cada nova operação aprendo um pouco mais como me relacionar, como falar, e principalmente, como ouvir as pessoas (João Pedro)

É no contexto de conflito entre as perspectivas de mundo de diferentes indivíduos que é estabelecida a interação social (LEMOS apud ROCHA; WINTERSTEIN, 2009). A extensão possibilita um processo educativo uma vez que favorece a vivência com culturas diferentes, de modo que se aprende a respeitar e a conviver com as diferenças de cada um (CARNEIRO, et al, 2011).

A interação social consiste em um espaço de construção e experimentação, possibilitando a troca de experiência e o exercício da negociação e consequentemente a descoberta de novas formas de lidar com as situações (ROCHA, WINTERSTEIN, 2009).

4.3.4 Visão interdisciplinar

A interação do acadêmico com outros de diferentes áreas, além de docentes e representantes da sociedade em geral, possibilita compartilhar os saberes e conseqüentemente um olhar mais ampliado acerca de um determinado fenômeno, contribuindo assim para um processo de formação acadêmica sob a ótica interdisciplinar que busca a formação de profissionais que valorizem a integralidade do fenômeno. Esse “novo olhar” permite pensar estratégias de intervenção melhor direcionada para as demandas identificadas na comunidade nas suas diversas áreas. A importância da interdisciplinaridade é sinalizada nos discursos a seguir:

Não há dúvidas que o desempenho das diferentes áreas colabora não somente com a evolução dos trabalhos, como também nas discussões em geral. Todos acabam absorvendo um pouco da área dos colegas de equipe [...] que é necessário para formação de bons profissionais. [...] acredito ter crescido em diferentes campos do saber (Sal)

Trabalhos realizados em equipe de diversas áreas traz uma visão mais ampla dos problemas e potencialidade da comunidade. (Pequena)

Na verdade o maior ganho dentro das operações são as trocas de conhecimentos. [...] Essa multidisciplinaridade nos faz perceber a importância dos outros na sociedade, e podemos perceber também que cada um tem um pouco para contribuir na construção do todo. (Atos)

Todo esse processo interdisciplinar é muito agregador [...] é importante articular diversos assuntos numa mesma tarefa. (Manuela)

Acho muito importante sair da sua área e começar a se envolver em outras, trazendo uma formação profissional mais completa. (Adrianadf)

É uma oportunidade de fazer a troca de experiências e conhecimentos com universitários de outras áreas de atuação, aprender a trabalhar temas diferentes da área de formação (Maninho)

Um aspecto de extrema importância é a interdisciplinaridade, pois há grande interação entre as oficinas das mais diversas áreas, tanto na preparação do material quanto na aplicação das mesmas. (Caixa d'água)

O grupo era formado por acadêmicos de cursos variados, onde todos tinham uma interação [...] foi de grande valia ter participado da operação, por ter convivido com outras áreas. (Gão)

Você leva conhecimento da sua área específica e volta com a bagagem cheia de conhecimento de diversas áreas. (Pequenez)

[...] pude aprender muito com meus colegas devido a interdisciplinaridade do grupo. (Formigão)

Recomendo as Operações desenvolvidas pelo NER/UEDESC devido a grande integração entre os vários cursos e áreas, e a ampla troca de conhecimentos e aprendizagem. [...] As equipes sempre são formadas por acadêmicos de diferentes áreas de formação e de instituições de ensino superior diferentes [...] Essa troca de conhecimento faz com que o trabalho fique mais completo! [...] Através das operações do Núcleo Extencionista Rondon da UEDESC podemos desenvolver essa parte tão importante em nossa graduação. (Ppto)

Consegui aprender mais sobre as demais áreas, adquirindo conhecimento até então desconhecido. (Elisa)

O convívio com pessoas de diferentes cursos nos dá oportunidade de crescer e aprender a argumentar. (Coelho da Pascoa)

O grande diferencial é a integração de acadêmicos das mais diversas áreas de conhecimento, podendo estes trocar informação e criar um pensamento maior do que o “seu mundinho”. (Zingo)

[...] por ter convivência com pessoas de outras áreas, por aprender a viver situações que sejam úteis para a formação acadêmica, por aprender a trabalhar diante do desconhecido [...] aprendi a trabalhar em grupos com pessoas diferentes, de locais totalmente diferentes e de áreas distintas. Aprendi a trabalhar com dinâmicas variadas [...] unindo o meu conhecimento, o conhecimento que tenho sobre a minha área, com o conhecimento de uma área distinta que no dia a dia não percebia muita relação com a minha área. [...] creio que depois desta operação me tornei outra pessoa, pude ver o mundo de outra forma, comecei a olhar as coisas e acontecimentos com um olhar mais global dos fatos. Além disto, hoje me sinto mais capacitada para atuar com a comunidade e agir frente às situações. (Bas)

A inserção no cenário possibilita o exercício do pensamento crítico, propiciando a identificação de problemas e a vontade de entendê-los e enfrentá-los. Considerando que a articulação entre ensino e comunidade se pauta no atendimento integral e no reconhecimento das especificidades regionais, a abordagem interdisciplinar tem se mostrado como o caminho mais apto (SANTOS et al, 2011).

A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre as disciplinas, no interior de um projeto [...]. Pode ser caracterizada como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida. (JAPIASSU, 176:74-5)

A interação entre os diversos saberes possibilita ampliar o olhar sobre a realidade social, avançando assim, na produção do conhecimento, o que proporciona o caráter didático pedagógico da extensão universitária como um processo educativo (JEZINE, 2004). Assim, pode-se dizer que a oportunidade de interagir com docentes e discentes de diversas áreas de conhecimento e com a própria comunidade possibilita também a integração dos saberes, ampliando o olhar sobre o fenômeno e, conseqüentemente a possibilidade de superá-lo.

Todavia, as práticas educativas e de pesquisa interdisciplinar ainda são frágeis na compreensão e nas explicações dos contextos, aprendizagem e formação. Devido essa dificuldade há um movimento de incentivo para que haja uma maior interdependência nas disciplinas (JACOBI, 2011), capaz de trazer uma visão mais ampliada acerca da realidade, que supere o currículo fragmentado da ciência técnica e avance para uma visão do sujeito enquanto ser histórico cuja formação ancora-se nas dimensões político-social-humanas (JEZINE, 2004).

4.3.5 Oratória em público

O desenvolvimento da capacidade de oratória também foi apontando como habilidade desenvolvida a partir da integração dos discentes nas ações extensionistas, o que veio acompanhada da reflexão acerca da importância de não só falar, mas, sobretudo saber ouvir, o que pode ser observado a seguir:

Melhorou minha capacidade de oratória, que hoje acontece de forma muito mais espontânea e simples. (Lisa Bella)

Fiquei mais desinibida na comunicação pública oral (Pequenez)

Em relação as competências posso citar a de comunicação, principalmente em público, a criatividade, improvisação e expressão corporal. (Rainbow)

Acredito que me tornei uma pessoa mais comunicativa, independente, com mente mais aberta e que busca ver o melhor das pessoas.

Melhor desenvoltura perante as pessoas, principalmente com as crianças. Saber ouvir melhor as pessoas. (Lili)

Eu venci algumas barreiras, como a timidez [...] melhorei a capacidade de falar em público, aprendi como é importante ouvir mais do que falar. (Enfermagem)

Sem dúvidas foi a melhor experiência que tive no decorrer do meu período universitário até agora [...] Adorei meu desempenho, porque atuei em diversas áreas e aprendi muito com relação a tudo [...] Aprendi muito a respeitar a opinião dos outros e saber ouvir o que as pessoas têm para dizer [...] saber ouvir, respeitar a opinião do próximo, além de ter sido um desafio pessoal para eu falar em público. (Tibúrcio Pafúncio Feliz)

Aprendemos muito a falar em público. Sempre lembro e uso como exemplo a primeira vez que fui ao Rondon, quando tive que falar, na frente de uma plateia. (Malifá-Ibis)

A oratória encontra-se relacionada com a capacidade de falar em público, a qual deve ser desenvolvida e aprimorada ao longo da formação profissional.

Em seu estudo, Faria et al (1998) revelam que ao falar em público, emergem no comunicador emoções como ansiedade, relacionada a sentimentos como nervosismo, medo, apreensão, stress e insatisfação. Outras emoções mencionadas foram: satisfação, por conta dos sentimentos de alegria, bem estar, entusiasmo, vaidade e auto-estima; alteração física, pelos sintomas de taquicardia, rubor e sudorese; insegurança e vergonha. As autoras acreditam que o sucesso do falar em público depende da habilidade para lidar com as emoções e da capacidade de superação destas barreiras internas, considerando que o olhar do outro tem o poder de desorganizar nossas emoções já que nos expõe a observação e avaliação de nosso conhecimento.

O estudo também revela características importantes para falar em público, tais quais: falar com clareza, domínio do assunto, postura corporal, objetividade e organização das ideias, uso correto do recurso audiovisual. Daí a importância de exercícios constantes de falar em público, de leituras acumuladas e planejamento bem elaborado do tema para a qual os cursos de graduação preparam muito pouco os futuros profissionais.

Diante as múltiplas competências favorecidos pela experiência em extensão universitária, a pesquisa corrobora com estudo de Santos et al. (2011) quando afirma que:

Os múltiplos aprendizados viabilizados pelos projetos de extensão sinalizam para o surgimento de novas práticas pedagógicas de aprendizagem e guardam relação com os quatro pilares da Educação, considerados fundamentais ao longo de toda a trajetória profissional: aprender a conhecer, que parte do despertar da curiosidade intelectual para a capacidade de conhecer, descobrir, discernir e, enfim, compreender o mundo em que vivemos; aprender a fazer, que diz respeito ao colocar em prática que se aprendeu a fim de transformar a realidade guardando, assim, relação direta com formação profissional; aprender a viver junto, um dos maiores desafios da educação, que requer a descoberta progressiva do outro e a participação em projetos comuns sendo, portanto, indispensável no processo de trabalho [...]; e, por fim, o aprender a ser, visto que a educação deve ser capaz de promover o desenvolvimento total da pessoa, da espiritualidade, da inteligência, da responsabilidade pessoal, de modo que a pessoa possa pensar e agir criticamente, formular seus próprios juízos de valor e decidir por si mesmo em diferentes circunstâncias da vida (DELORS apud SANTOS, et al., 2011:584).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os acadêmicos sujeitos desta pesquisa, a extensão pode ser percebida como: ação de resposta da universidade para a sociedade que a financia; ação com foco em comunidades com maior carência sócio-econômica; ação da academia, instituição detentora do saber, para as comunidades e ação de compartilhamento entre o saber científico, produzido nesta academia e o do senso comum presente na comunidade.

Estas percepções embora pareçam antagônicas, se complementam permitindo um avanço na percepção da extensão enquanto ação político-social em resposta as necessidades das demandas da comunidade, prioritariamente as mais carentes onde embora num primeiro momento tenha o intuito de levar informações para a comunidade, se depara com um contexto social enriquecido de saberes, desvelando-se assim, como uma via de mão dupla para a sistematização destes saberes.

Necessário, ainda se faz, estudos que identifiquem e/ou analisem os saberes desvelados nas comunidades a partir das ações extensionistas.

Chama a atenção para a extensão enquanto uma ação para comunidades carentes, além de trazer à tona a responsabilidade social da universidade que a financia.

Nesse estudo, fica claro a extensão universitária enquanto política educacional que permite a inserção dos discentes em diferentes cenários, experiência que favorece o desvelamento das necessidades locais e implementação de ações que poderão guiar a formulação de políticas públicas locais em vista ao enfrentamento da problemática. Os sujeitos enfocam a vontade política por parte dos gestores para a continuidade das ações de prevenção e enfrentamento às questões demandadas pela comunidade.

Sinaliza-se para a necessidade de estudos que avaliem o impacto de tais ações nestas comunidades, bem como, a identificação de sua continuidade pelo poder local.

Os sujeitos do estudo são unânimes quanto a importância da experiência extensionista para a formação acadêmica, haja vista o desenvolvimento da consciência profissional e de responsabilidade cidadã, o exercício do trabalho em equipe, maior habilidade nas interações sociais, um entendimento mais amplo e

complexo por conta do entrelaçamento das diversas áreas do conhecimento e desenvolvimento da capacidade de expressão em público, sobretudo no que tange a uma escuta ao outro de forma mais sensível.

Essa pesquisa que tem como objeto a extensão universitária revela a importância das ações extensionistas para a produção do conhecimento científico.

Moreira e Pellizzaro (2009) chamam a atenção para a importância de estudos que ampliem o saber, podendo contribuir com o processo de criação e democratização de conhecimento.

Segundo Arroyo e Rocha (2010), a extensão universitária possui um elo entre ensino-pesquisa-extensão e esse tripé não pode ser quebrado, ou seja, a universidade não deve dissociar e dedicar separadamente a cada uma das categorias, pois irá contra a toda a natureza do programa da extensão universitária. Nesse contexto, conforme defende Jezine (2004), a extensão configura-se enquanto parte curricular estruturante da formação universitária, capaz de promover o ensino e a pesquisa, ainda que não tenha essas funções específicas, de modo a desvelar a interação ensino-pesquisa-extensão enquanto pilar que alicerça a formação humana/profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 154 p.
- ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 135-61, jul., 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009. 223 p.
- BARTNINK, Fabiana Marques Pereira; SILVA Itamar Mendes da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 385-438 jul., 2009.
- BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider . Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização. *Vivências*, Erechim, v.1, ano 1, n. 2, p.8-17, mai. 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília; 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 17 mar. 2007.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 07de março de 2012.
- CARDOSO, Terezinha Maria. Experiências de ensino, pesquisa e extensão no setor de pedagogia do HIJG. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 73, p. 305-318, set./dez. 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>
- CARNEIRO, Jair Almeida *et al.* Unimontes Solidária: Interação Comunitária e Prática Médica com a Extensão. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro v. 35 n.2 p. 283 – 288 abr./jun. 2011.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p.
- FANTIN, Jader Tadeu. Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia. **Interações**, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 115-124, jan./jun., 2011.
- FARIA, Maria de Fátima G. *et al.* Falar em público: visão do mestrando de enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP, São Paulo**, v.32, n.1, p. 59-66, abr. 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico de Língua Portuguesa**: Público. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 1988.
- FILHO; Pedro Tadao Hamamoto. **Ligas Acadêmicas: Motivações e Críticas a Propósito de um Repensar Necessário**. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v.3n.4, p. 535 – 43, out./dez. 2011.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Silene de Moraes. Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade. In: **Os Diversos Caminhos da Extensão Universitária.** Conexão UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, Divisão de Extensão Universitária. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011, v.7, n.1.
- GENTILI, Pablo. *Escola S. A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.* Brasília: CNTE, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas. 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura.** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. Educação para a sustentabilidade no scursos de administração: reflexão sobre paradigmas e prática. Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo, v. 12. n. 3. p. 21-50, mai./jun. 2011.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago; 1976. 220p.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEITA, Maria da Trindade Ferreira; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira. **Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária – um resgate histórico 1975-1986. Texto Contexto Enferm,** Florianópolis, v.18, n.3, p.: 427-35, jul.-set. 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, MIRZA, Seabra Toschi. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saber necessário à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas.** Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.
- MACIEL, Lucas Ramalho **Política nacional de extensão: perspectivas para a universidade brasileira.** Revista Participação. Brasília, n.28, dez. 2010.
- _____. **Uma política para a extensão universitária brasileira.** ForProex, 2009.

- MARCOVITCH, J. **Diretrizes para a Extensão Universitária na USP**. Apresentado ao Conselho de Cultura e Extensão Universitária, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, 10 março de 1994 (mimeografado).
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **ver. Bras. Educ.**, v. 14, n. 41, p. 269-280, mai./ago. 2009.
- MOREIRA, Bernadete; PELLIZZARO, Inês. Educação em saúde: um programa de extensão universitária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 156-171, jan./jun. 2009.
- NELSON, C.; TREICHLER, P.A.; GROSSBERG, L. "Cultural Studies". In L. Grossberg, C. Nelson e A. Treichler (Eds), *Cultural Studies*. New York: Routledge, pp.1-16, 1992
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária. Diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG/Fórum, 2000.
- _____. **Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual**. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- OLIVEIRA, Claudia Hochheim. **Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004.
- RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- RIBEIRO, Katia Suely Queiroz Silvia. A experiência na extensão popular e formação acadêmica em fisioterapia. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, set.-dez. 2009.
- ROCHA, Braulio; WINTERSTEIN, Pedro José; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Interação social em aulas de educação física. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.23, n.3, p.235-45, jul./set. 2009.
- RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; OLIVEIRA, Maria Helena Pessini de; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. As perspectivas da cultura e extensão nas Escolas de Enfermagem no Brasil. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 1, n. especial, p. 103-109, dez. 1993.
- SANTOS, Maria da Soledade Simeão dos ; MENDES, Isabel Amélia Costa. Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários. **Esc. Anna Nery R Enf**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.124-137, 2005.
- SANTOS, Raiane M. dos Santos *et al.* Contribuições do PET para a formação de profissionais de saúde: a experiência do PET-SAÚDE/VS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro. v.35, n.91, p. 577-586, out./dez. 2011.

- SILVA, Cláudio Galdino da; NEVES, Jhonatan David Santos das; BARROS, Rubens Pessoa de. **Atividades de extensão universitária na formação de professores de ciências biológicas:** uma narrativa do projeto farmácia viva e educação ambiental. V Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”. São Cristóvão –Se/Brasil – 21 a 23 de Setembro de 2011.
- SILVA, M. B. de. **Introdução a pesquisa em educação.** Florianópolis: UDESC, 2002. 146p.
- SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de Extensão Universitária:** ainda precisamos de falar sobre isso? In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR-BA, 2002. Texto em PDF.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- Villa E.A; Aranha A.V.S. **Texto Contexto Enfermagem.** Florianópolis, 2009 Out-Dez; 18(4): 680-7.

APÊNDICE A INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas
Professor Orientador: Prof^o Dr. Stavros Wrobel Abib.
Mestrando: Alfredo Balduino Santos

Caro Extensionista,

Você está sendo convidado(a) à participar da pesquisa intitulada “O Discente e a Experiência Extensionista na UDESC: uma perspectiva de Políticas Públicas”, com o objetivo de investigar em que medida a relação entre extensão universitária e políticas pública podem colaborar com a formação acadêmica, profissional e pessoal dos acadêmicos envolvidos nas atividades do Núcleo Extensionista Rondon UDESC. A sua participação, neste momento, acontecerá através das respostas que envolvem este questionário. Esclarecemos que a sua identificação pessoal será mantida em sigilo, ao que solicitamos a sua contribuição, indicando a este questionário, também um pseudônimo para usarmos – fique a vontade, use sua criatividade extensionista. Segue ainda um glossário com objetivo de ajuda-lo(a) nesta tarefa.

GLOSSÁRIO:

Formação acadêmica e cidadã – Formação que extrapola o conteúdo cumulativo, onde, “a cidadania se concretiza na participação transformadora da sociedade. [...] o dizer o mundo, corresponde a ser sujeito, ser cidadão” (HERBERT, 2008, p.76)¹⁶.

Política Pública – “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 02)¹⁷

Vivências acadêmicas – referem-se às diferentes atividades que acontecem no interior dos espaços relacionados à universidade, que compreendem ensino, pesquisa e extensão.

Integração Universidade sociedade – considera-se aqui a extensão universitária nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida.

¹⁶ STRECK, Danilo et.al (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

¹⁷ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acesso em 13/03/2012.

Questionário sobre NER/Projeto Rondon e Políticas Públicas – Acadêmicos.

Nome: _____

Pseudônimo (a ser usado na dissertação): _____

Curso, fase e Centro: _____

A seguir as questões a serem respondidas, pedimos sua atenção, responsabilidade acadêmica e “garra” extensionista nas respostas, ao que agradecemos.

Profº Alfredo Balduino.

- 1) O que você sabia sobre o Projeto Rondon antes de participar das operações do Núcleo Extensionista Rondon – NER/UDESC?
- 2) Como você avalia o(s) trabalho(s) realizado(s) nos municípios em que você atuou como extensionista NER?
- 3) Quais as contribuições das Operações que você participou, às suas vivências acadêmicas, pessoais e, se for o caso profissional?
- 4) Como você percebeu a recepção e avaliação da(s) comunidade(s) atendida(s), em relação às atividade(s) realizada(s) na(s) operação(ões) em que participou?
- 5) Você entende as operações realizadas pelo NER como uma forma de Política Pública ? () Sim. () Não. Justifique sua resposta.
- 6) Como você avalia o seu envolvimento/desempenho com as diferentes áreas de formação que fizeram parte da(s) Operação(ões) que você participou?
- 7) Quais as contribuições da Operação no que se refere à integração universidade e sociedade?
- 8) As vivências nas Operações permitiram identificar necessidades, demandas da comunidade? Quais?
- 9) Qual sua autoavaliação considerando antes e depois da sua participação na Operação realizada pelo NER?
- 10) Que aprendizados/competências você considera terem sido desenvolvidas ou aperfeiçoadas no processo de participação das Operações?
- 11) Você indicaria a outros alunos a participação em Operações do NER? Cite ao menos três motivos para indicar ou não.
- 12) Avaliando a(s) Operação(ões) que você participou mencione aspectos negativos e positivos, justificando-os.
- 13) Você considera a Extensão Universitária relevante para sua formação acadêmica?
() Sim () Não, Justifique sua resposta.

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A/O Sra (Sr.) está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa intitulada “Extensão universitária e sua interface com as políticas públicas: a visão de acadêmicos da UDESC” que tem como objetivo Analisar, na percepção de acadêmicos, acerca da extensão universitária enquanto política educacional que possibilita políticas públicas locais. Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido por mim, Alfredo Balduino Santos, como atividade do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí, sob a orientação do Profº D.Sc. Stavros Wrobel Abib.

A/O Sra (Sr.) poderá participar ou não da pesquisa, bem como desistir em qualquer fase do estudo, sem qualquer prejuízo. Caso a/o Sra (Sr.) aceite, todas as informações coletadas serão estritamente confidenciais, de modo que os sujeitos serão identificados por nomes fictícios, garantindo o sigilo e o anonimato e assegurando a privacidade.

Ao participar desta pesquisa, a/o Sra (Sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Também não haverá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possibilite maior interação entre a Universidade e a Sociedade e contribua para formação de uma geração de cientistas, profissionais e cidadãos mais atentos às questões sociais do seu entorno. Os resultados deste estudo serão publicados na dissertação e artigos científicos.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do email e telefone do pesquisador: balduinoudesc@gmail.com / (48) 3321-8029.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Confirmo ter compreendido todas as informações acima descritas e, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do sujeito

Alfredo Balduino Santos

Local e data:

ANEXO A
RESOLUÇÃO Nº 007/2011

Universidade do Estado de Santa Catarina
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – 88.035-001
Florianópolis SC Fone (48) 3321 8000 – www.udesc.br

RESOLUÇÃO Nº 007/2011 - CONSUNI

Dispõe e dá outras providências sobre a Política de Extensão da UDESC.

O Presidente do Conselho Universitário - CONSUNI da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do Plenário relativa ao Processo nº 9957/2010, tomada na sessão de 15 de março de 2011, e a deliberação do Plenário do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, relativa ao mesmo processo, tomada em sessão de 08 de fevereiro de 2011, considerando, ainda, as orientações emanadas do Plano Nacional de Extensão de 2007, proposto pelo Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e o intuito de:

1. Buscar a elevação da qualidade, da excelência e do impacto das ações de Extensão no âmbito da UDESC;
2. Refletir o propósito precípua da vocação extensionista da Universidade na interação com o Ensino e com a Pesquisa;
3. Estimular a interação entre a Universidade e a Sociedade buscando o desenvolvimento de ambas;
4. Atualizar as normas, princípios e regras institucionais para unificação dos procedimentos no âmbito da Extensão Universitária.

R E S O L V E:

Art. 1º. A Política de Extensão da UDESC propiciará o conhecimento e gerenciamento das ações extensionistas na instituição, de forma a estimular as Ações de Extensão.

Art. 2º. A política, as normas e os procedimentos de Extensão na UDESC seguirão as concepções, princípios, metas, objetivos e avaliação constantes do Anexo Único desta Resolução e ficarão sob a supervisão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade - PROEX.

Art. 3º. Revoga-se a Resolução nº 196/2006 - CONSUNI, que “Institui e dispõe sobre a Política de Extensão da UDESC, e dá outras providências”.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Florianópolis, 15 de março de 2011.

Prof. Sebastião Iberes Lopes Melo

Presidente do CONSUNI

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 007/2011 - CONSUNI
POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DA EXTENSÃO NA UDESC

Capítulo I

Das Concepções

Art.1º. A Extensão é entendida como um processo educativo, cultural e científico que viabiliza e propõe ações que respondam as demandas da sociedade e, nesta via de mão dupla, oportuniza um espaço de produção de novos saberes nas várias áreas de conhecimento, articulada com o ensino e a pesquisa, numa concepção transformadora e crítica.

Parágrafo único: A Extensão deve ser dimensionada como ação política, estratégia democratizante do conhecimento com metodologias voltadas aos problemas sociais, capaz de

assessorar e colaborar com a sociedade civil e o poder público, intervindo na solução de problemas de relevância social e técnica para a sociedade.

Art.2º. A Extensão na UDESC é instrumentalizadora da articulação entre a teoria e a prática que possibilita o intercâmbio de saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Compreendida como um trabalho curricular e interdisciplinar tem por função produzir e sociabilizar o conhecimento pela inserção na realidade, facultando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação, articulando tempo acadêmico com experiência de vida.

Art.3º. São consideradas Ações de Extensão: Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Prestação de Serviços, Produções e Publicações.

Capítulo II

Dos Princípios

Art. 4º. A Política de Extensão da UDESC segue os princípios:

- I. Relevância, impacto e transformação social;
- II. Gestão democrática e participativa;
- III. Produção, divulgação e socialização do conhecimento;
- IV. Ética nas relações entre Universidade e Sociedade;
- V. Valorização da vida na sua integralidade e diversidade;
- VI. Respeito aos direitos humanos e as diferenças individuais e coletivas.

Capítulo III

Das Diretrizes

Art. 5º. As diretrizes da Política de Extensão da UDESC são:

- I. Interação da Universidade com a Comunidade;
- II. Articulação com a Pesquisa e com o Ensino;
- III. Integração da produção de conhecimentos, divulgação e difusão dos resultados;
- IV. Realização de ações acadêmicas de caráter inter, trans e/ou multidisciplinar;
- V. Articulação entre as Áreas Temáticas da Extensão;
- VI. Apoio às ações voltadas para a autonomia da comunidade.

Capítulo IV

Dos Objetivos

Art. 6º. Os objetivos da Política de Extensão na UDESC são:

- I. Oportunizar a relação entre a Universidade e Sociedade com ações transformadoras capazes de promover soluções aos problemas locais e regionais;
- II. Estimular ações cujo desenvolvimento possibilite a interação multi, inter e/ou transdisciplinar entre profissionais e setores da Universidade e da Sociedade;
- III. Possibilitar Ações que ampliem o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social produzido pela Universidade, contribuindo para minimizar as diferenças e desigualdades sociais;
- IV. Contribuir na qualificação científica e acadêmica, das Ações Extensionistas da UDESC articulando-as e mantendo intrínseca relação com as atividades de Ensino e de Pesquisa;
- V. Estimular a produção e a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica;
- VI. Possibilitar Ações de Extensão inter-Departamentais, inter-Centros, inter-Institucional sob a forma de consórcios, redes ou parcerias;
- VII. Promover Ações articuladas com os órgãos de fomento e de estímulo às políticas públicas relacionadas, prioritariamente, com as Áreas Temáticas da Extensão;
- VIII. Oportunizar Ações de Extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável;
- IX. Mobilizar permanentemente a Comunidade Universitária para o debate e o envolvimento com a Extensão na UDESC.

Capítulo V

Da Qualificação das Ações

Art. 7º. A qualificação das Ações de Extensão levará em consideração, prioritariamente, os seguintes aspectos:

- I. Atuação transformadora e de impacto sobre questões comunitárias, locais e regionais prioritárias.
- II. Interação concreta com a comunidade e seus segmentos com a explicitação de público alvo externo a Universidade.
- III. Relevância social, ambiental, artístico, cultural, científica e/ou econômica;
- IV. Atendimento as Áreas Temáticas da Extensão: 1. Comunicação; 2. Cultura; 3. Direitos Humanos/Justiça; 4. Educação; 5. Meio Ambiente; 6. Saúde; 7. Tecnologia/Produção; 8. Trabalho.
- V. Caráter interdisciplinar, inter-Departamental, inter-Centros, interinstitucional.
- VI. Pertinência técnica-científica e metodológica da ação (justificativa, objetivos, procedimentos, cronograma).
- VII. Articulação entre Ensino, Pesquisa e/ou produção artístico-cultural.
- VIII. Divulgação: dos Cursos de Graduação, Centros de Ensino e Instituição; da Ação Extensionista.
- IX. Origem e compatibilidade entre os recursos solicitados e as exigências da ação.
- X. Possibilidade de impacto das Ações Extensionistas no processo de qualificação de discentes e docentes dos Cursos e Centros de Ensino, envolvidos na execução.
- XI. Explicitação dos instrumentos de Avaliação da Ação de Extensão, junto à comunidade e pela Equipe de execução.

Capítulo VI

Das Normas, Procedimentos e Características das Ações de Extensão

Art. 8º. As Ações de Extensão, no âmbito da Política de Extensão da Universidade, caracterizam-se pela identificação:

- I. Das parcerias com os quais a Universidade se relaciona quanto às ações extensionistas;
- II. Das Áreas Temáticas e Linhas de Extensão;
- III. Quanto à forma.
- IV. Quanto à modalidade (tipo) da Ação.
- V. Quanto as Instâncias legais.

Seção I

Das Parcerias

Art. 9º. A UDESC, no desenvolvimento das ações extensionistas, relaciona-se com as seguintes parcerias:

- I. Setor público;
- II. Setor privado;
- III. Sociedade civil;
- IV. Comunidade acadêmica;
- V. Comunidade em geral.

Seção II

Das Áreas Temáticas e Linhas de Extensão

Art. 10. No âmbito da Política de Extensão da UDESC as Ações de Extensão são classificadas nas seguintes Áreas Temáticas:

- I. Comunicação;
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;

VI. Saúde;

VII. Tecnologia e Produção;

VIII. Trabalho.

§ 1º. A finalidade da classificação, referida no caput deste artigo, é a sistematização, que visa favorecer estudos e relatórios sobre a produção da Extensão Universitária brasileira, segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou de grupos que atuam na mesma área temática.

§ 2º. Como as Ações de Extensão podem ser relacionados a mais de uma área, estes podem, opcionalmente, ser classificados em Área Temática Principal e em Área Temática Complementar.

Art. 11. As Linhas de Extensão destinam-se a nuclear ações extensionistas visando a discussão, planejamento, implementação e avaliação para a formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam por áreas afins.

Parágrafo único: As Linhas de Extensão são definidas pelo Anexo I, desta Resolução.

Seção III

Da Forma das Ações

Art. 12. A forma das Ações Extensionistas caracteriza-se em relação à: I. Abrangência; II. Periodicidade; III. Duração das Ações.

I. Abrangência: As Ações de Extensão deverão, necessariamente, apresentar, público-alvo externo à Comunidade Universitária.

II. Periodicidade:

a) sazonal: com periodicidade semestral ou anual;

b) eventual: sem periodicidade pré-determinada, ocorrendo conforme demanda;

III. Duração das Ações:

a) As Ações de Extensão deverão ser apresentadas a cada novo Edital, explicitando seu caráter temporal.

Seção IV

Das Modalidades (tipos) de Ação

Art. 13. As modalidades (os tipos) de Ações de Extensão são:

I. Programa - representa o conjunto de Ações de Extensão, inter-relacionados com clareza de diretrizes e orientados a um objetivo comum. O Programa deve ter no mínimo 03 (três) Ações de Extensão correlacionadas as Áreas Temáticas, podendo agregar, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

II. Projeto - conjunto de atividades sistematizadas que podem estar vinculadas a Programas ou se constituir em Ação isolada (Projeto Isolado).

III. Curso de Extensão – atividade de formação extracurricular, em conformidade com a legislação pertinente e vigente, que propondo-se a transmitir conhecimentos produzidos na Universidade, com o objetivo de contribuir para articulação entre o saber acadêmico e as práticas sociais. Pode favorecer inovações no ensino e na pesquisa, pela articulação de conteúdos pedagogicamente ministrados, de caráter teórico e/ou prático. Deverá apresentar processo de avaliação formal e certificação institucional, conforme anexo II, desta Resolução.

IV. Evento de Extensão - acontecimento de curta duração, para o enriquecimento de grupos de interesse nos vários campos do conhecimento. Implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade, conforme anexo III, desta Resolução.

V. Prestação de Serviço - trabalho oferecido pela UDESC ou realizado por contrato com parcerias externas (comunidade, empresa, órgão público), por docentes e discentes, tais como assessorias, consultorias, perícias, etc., conforme o Anexo IV, desta Resolução.

VI. Produções e Publicações - elaboração de produtos acadêmicos que instrumentalizam ou que são resultantes das Ações de Extensão, conforme os tipos descritos no Anexo V, desta Resolução.

Seção V

Das Instâncias legais da Extensão

Art. 14. As Instâncias legais (deliberativas e normativas), da Extensão na UDESC são:

I. Núcleos Temáticos e Laboratórios - constituintes da estrutura universitária, podem englobar ensino, pesquisa e extensão. Além de Grupos de Pesquisa, eles reúnem e podem originar Programas de Extensão com temáticas e objetivos comuns.

II. Departamentos – é a menor fração da estrutura universitária para efeitos das deliberações de ordem didática, científica e administrativa, sendo a primeira instância de discussão e aprovação das Ações de Extensão, na UDESC.

III. Comissão de Extensão dos Centros – instância normativa e deliberativa, composta por representação departamental, presidida pela Direção de Extensão. Tem como finalidade a análise, parecer e ranqueamento das Ações de Extensão, qualificação quanto ao mérito técnico-científico das propostas, definição de prioridades extensionistas, verificação da viabilidade na execução, e solicitação de recursos financeiros, distribuição de Bolsas Acadêmicas, conforme a Política de Extensão da UDESC.

IV. Direção de Extensão do Centro (DEXT): realiza a supervisão das ações de Extensão, da utilização dos recursos, da gestão de bolsistas e encaminha as ações e relatórios aprovados para a Coordenação de Extensão da PROEX.

V. Conselho de Centro (CONCENTRO): instância que homologa as Ações de Extensão aprovadas nos departamentos e Comissão de Extensão do Centro.

VI. Comitê de Extensão da UDESC: órgão consultivo da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade. Definidor das políticas extensionistas da UDESC, constituído pelo/a Pró-Reitor/a, pelo/a Coordenador/a de Extensão da PROEX, pelos/as Direções de Extensão dos Centros.

VII. PROEX: Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade, responsável pela instrução técnica das Ações de Extensão homologadas pelos Conselhos de Centro, e pelo encaminhamento das Ações a pareceristas ad hoc.

Capítulo VII

Da Elaboração, Tramitação e Aprovação das Ações de Extensão

Art. 15. As Ações de Extensão deverão ter sua origem nos Departamentos.

Art. 16. As Ações de Extensão poderão ser propostas por docentes (efetivos/as e no exercício de suas atividades).

Art. 17. Após a elaboração e aprovação pelo Departamento, as Ações de Extensão seguirão os seguintes trâmites: Direção de Extensão; Comissão de Extensão do Centro, homologação dos processos no Conselho de Centro; instrução técnica pela PROEX, com pareceristas ad hoc; aprovação final pelo Comitê de Extensão da UDESC.

Art. 18. Docente afastado/a por licença ou para capacitação deverá ser substituído/a por docente efetivo/a, na Coordenação da Ação de Extensão, no período correspondente ao seu afastamento.

Art. 19. As solicitações de alterações de Coordenação das Ações deverão tramitar no Departamento, na Direção de Extensão, homologada pela Comissão de Extensão do Centro e comunicada por Ofício à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade.

Art. 20. As Ações de Extensão devem ser apresentadas em formulários definidos pelos Editais vigentes.

Art. 21. As ações de Extensão podem ser apresentadas:

I. Em data definida institucionalmente, atendendo ao Edital PAEX - Programa de Apoio à Extensão, para alocação de carga horária, solicitação de recursos financeiros e pedidos de Bolsas Acadêmicas - Modalidade Extensão.

II. Para alocação somente de carga horária e/ou registro, atendendo ao Edital PROEX a Qualquer Tempo.

Capítulo VIII

Da Execução e Participação nas Ações

Art. 22. A Coordenação da Ação de Extensão é responsável por realizar as atividades previstas e aprovadas, encaminhar o Relatório Final da Ação e Relatório Final de Bolsistas, bem como apresentar o trabalho final no Encontro de Extensão da UDESC, nos prazos conforme determina o Edital a qual foi submetida.

§ 1º. A substituição de docentes na função de Coordenador/a de Ações deverá ser apresentada no Departamento de origem, com justificativa, documentação devidamente assinada pela coordenação atual e pela coordenação seguinte, explicitando as mudanças nas cargas horárias da Planilha de Ocupação Docente.

§ 2º. Caso a Ação de Extensão apresente alguma irregularidade quanto a sua execução, prazos acordados, responsabilidade social e imagem institucional, a Direção de Extensão do Centro deverá comunicar à PROEX, impreterivelmente, no prazo de 30 dias.

Art. 23. Anualmente, será realizado, na UDESC, um Encontro de Extensão, com o objetivo de socializar, divulgar, avaliar e premiar as Ações de Extensão da Universidade, que deverá ter a participação de pelo menos, um dos/as docentes e/ou discentes bolsistas, participantes das Ações.

Art. 24. O não atendimento ao disposto no caput dos artigos 22 e 23 caracteriza a inadimplência dos/as docentes e discentes extensionistas, junto à PROEX.

Parágrafo único: Docentes e discentes inadimplentes não terão direito a receber o Certificado das Ações Extensionistas e estarão impossibilitados/as de concorrer aos Editais da PROEX durante o período de um ano, nem como Coordenação nem como participante.

Seção I

Dos/as Participantes – Coordenação

Art. 25. As ações de Extensão do tipo Programas são coordenadas, necessariamente, por docentes efetivos/as e em exercício de suas atividades.

Art. 26. As competências da Coordenação das Ações de Extensão são:

I. Elaborar proposta de Extensão;

II. Buscar recursos quer no setor público, quer no setor privado, para viabilizar a realização das Ações de Extensão;

III. Encaminhar Ações de Extensão à instância superior para análise e aprovação;

IV. Coordenar a Ação de Extensão quanto:

a) à equipe de execução;

b) aos recursos financeiros;

c) ao cronograma;

V. Elaborar relatórios das Ações de Extensão desenvolvidas, conforme normas da PROEX;

VI. Divulgar em evento ou periódico os resultados obtidos com as ações desenvolvidas;

VII. Participar, obrigatoriamente, dos Eventos de Extensão da UDESC.

Seção II

Dos/as Participantes - Discentes

Art. 27. Poderão participar das Ações de Extensão da UDESC acadêmicos/as regularmente matriculados/as, que atendam os critérios definidos pelo Edital.

§ 1º. Em quaisquer das Ações de Extensão e conforme solicitação definida nos pedidos, discentes poderão concorrer à Bolsa Acadêmica – Modalidade Extensão.

§ 2º. As Ações de Extensão poderão apresentar Discentes Voluntários/as, conforme legislação em vigor.

Art. 28. Discentes bolsistas e/ou voluntários/as receberão, após a conclusão de suas Ações de Extensão, e tendo sido o Relatório Final homologado pelo CONCENTRO, certificado de participação nas ações extensionistas, expedido pela Direção de Extensão do Centro, conforme dados fornecidos pela Coordenação da Ação.

Seção III

De Outros/as Participantes

Art. 29. Além de docentes (coordenação e participantes) e discentes (bolsistas e voluntários), poderão compor a equipe das Ações de Extensão, técnicos/as-universitários/as de desenvolvimento e pessoas não pertencentes ao quadro de pessoal da UDESC.

Parágrafo Único: Entende-se pela Equipe das Ações de Extensão, as pessoas efetivamente envolvidas no desenvolvimento das atividades, devidamente mencionadas e registradas nos processos aprovados, excluindo aquelas com participação eventual ou que exerçam tarefas que sirvam de apoio as atividades planejadas.

Seção IV

Dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros e da Administração das Ações

Art. 30. A administração financeira das Ações de Extensão será executada pela UDESC.

Art. 31. O financiamento das Ações de Extensão é proveniente de recursos:

I. Do Programa de Apoio à Extensão da UDESC, conforme Editais;

II. De instituições públicas e/ou privadas de fomento;

III. Do pagamento por prestação de serviços;

IV. De percentual acordado em contratos e/ou convênios firmados com entidades financiadoras.

Art. 32. Para efeito de financiamento pela Universidade terão prioridade as Ações que contemplem os seguintes aspectos:

I. Consonância com a Política de Extensão da UDESC;

II. Apoio às experiências já iniciadas pela instituição;

III. Ações decorrentes de cursos de capacitação e metodologias em ações comunitárias;

IV. Apoio às ações comunitárias voltadas à comunidades em situação de vulnerabilidade ou de caráter emergencial;

V. Participação discente expressa através de seu efetivo engajamento na Ação;

VI. Ações que articulem o Ensino ou a Pesquisa.

Art. 33. Todo material permanente, inclusive equipamento, adquiridos com recursos financeiros captados através de Ações de Extensão, serão incorporados ao patrimônio da UDESC.

Art. 34. Quando as Ações de Extensão conduzirem a resultados que possibilitem o registro de direitos autorais, de patentes ou de licenças, ficará assegurada à UDESC a participação nos direitos decorrentes, obedecido o disposto na legislação aplicável à matéria.

Capítulo IX

Disposição Transitória

Art. 35. As Ações de Extensão em andamento e/ou em tramitação para 2011 deverão seguir a resolução 196/2006 do CONSUNI.

POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE EXTENSÃO DA UDESC

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE LINHAS DE EXTENSÃO

1. Alfabetização, leitura e escrita

Alfabetização e letramento de crianças, jovens e adultos; formação do leitor e do produtor de textos; incentivo à leitura; literatura; desenvolvimento de metodologias de ensino da leitura e da escrita e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas.

2. Educação profissional

Formação técnica profissional, visando a valorização, aperfeiçoamento, promoção do acesso aos direitos trabalhistas e inserção no mercado de trabalho.

3. Formação de professores

Formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.

4. Espaços de ciência

Difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros; organização desses espaços.

5. Tecnologia da informação

Desenvolvimento de competência informacional - para identificar, localizar, interpretar, relacionar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em fontes impressas ou eletrônicas; inclusão digital.

6. Artes Cênicas

Dança, teatro, técnicas circenses, performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área; memória, produção e difusão cultural e artística.

7. Artes integradas

Ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística em um único programa integrado; memória, produção e difusão cultural e artística.

8. Artes plásticas

Escultura, pintura, desenho, gravura instalação, apropriação; formação, memória, produção e difusão cultural e artística.

9. Artes visuais

Artes gráficas, fotografia, cinema, vídeo; memória, produção e difusão cultural e artística.

10. Música

Apreciação, criação e performance; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam na área musical; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área; memória, produção e difusão cultural e artística.

11. Patrimônio cultural, histórico e natural

Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.

12. Comunicação estratégica

Elaboração, implementação e avaliação de planos estratégicos de comunicação; realização de assessorias e consultorias para organizações de natureza diversa em ações de publicidade, propaganda e de relações públicas; suporte de comunicação a programas e projetos de mobilização social, a organizações governamentais e da sociedade civil.

13. Jornalismo

Processos de produção e edição de notícias para mídias impressas e eletrônicas; assessorias e consultorias para órgãos de imprensa em geral; crítica de mídia.

14. Desenvolvimento regional

Elaboração de diagnóstico e de propostas de planejamento regional (urbano e rural) envolvendo práticas destinadas a elaboração de planos diretores, a soluções, tratamento de problemas e melhoria da qualidade de vida da população local, tendo em vista sua capacidade produtiva e potencial de incorporação na implementação das ações; participação em fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS; participação e assessoria a conselhos regionais, estaduais e locais de desenvolvimento e a fóruns de municípios e associações afins; elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e práticas sustentáveis; discussão sobre permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e sustentabilidade.

15. Desenvolvimento urbano

Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas das comunidades urbanas; urbanismo.

16. Desenvolvimento rural e questão agrária

Constituição e/ou manutenção de iniciativas de reforma agrária, matrizes produtivas locais ou regionais e de políticas de desenvolvimento rural; assistência técnica; planejamento do desenvolvimento rural sustentável; organização rural; comercialização; agroindústria; gestão de propriedades e/ou organizações; arbitragem de conflitos de reforma agrária; educação para o desenvolvimento rural; definição de critérios e de políticas de fomento para o meio rural; avaliação de impactos de políticas de desenvolvimento rural.

17. Questões ambientais

Implementação e avaliação de processos de educação ambiental de redução da poluição do ar, águas e solo; discussão da Agenda 21; discussão de impactos ambientais de empreendimentos e de planos básicos ambientais; preservação de recursos naturais e planejamento ambiental; questões florestais; meio ambiente e qualidade de vida; cidadania e meio ambiente.

18. Recursos hídricos

Planejamento de microbacias, preservação de mata ciliar e dos recursos hídricos, gerenciamento de recursos hídricos e Bacias Hidrográficas; prevenção e controle da poluição; arbitragem de conflitos; participação em agências e comitês estaduais e nacionais; assessoria técnica a conselhos estaduais, comitês e consórcios municipais de recursos hídricos.

19. Resíduos sólidos

Orientação para desenvolvimento de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento com base em critérios sanitários, ambientais e econômicos, para coletar, segregar, tratar e dispor o lixo; orientação para elaboração e desenvolvimento de projetos de planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva, instalação de manejo de RSU reaproveitáveis (compostagem e reciclagem), destinação final de RSU (aterros sanitários e controlados), remediação de resíduos a céu aberto; orientação à organização de catadores de lixo.

20. Direitos individuais e coletivos

Apoio a organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária individual e coletiva, a instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.

21. Grupos sociais vulneráveis

Tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social,

etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.

22. Pessoas com deficiências incapacidades, e necessidades especiais

Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc) de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias.

23. Uso de drogas e dependência química

Prevenção e limitação da incidência e do consumo de drogas; tratamento de dependentes; assistência e orientação a usuários de drogas; recuperação e reintegração social.

24. Segurança pública e defesa social

Planejamento, implementação e avaliação de processos e metodologias, dentro de uma compreensão global do conceito de segurança pública, visando proporcionar soluções e o tratamento de problemas relacionados; orientação e assistência jurídica, judiciária, psicológica e social à população carcerária e seus familiares; assessoria a projetos de educação, saúde e trabalho aos apenados e familiares; questão penitenciária; violência; mediação de conflitos; atenção à vítimas de crimes violentos; proteção a testemunhas; policiamento comunitário.

25. Infância e adolescência

Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

26. Jovens e adultos

Processos de atenção (saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; educação formal e não formal; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto a juventude e/ou a idade adulta.

27. Terceira Idade

Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para o planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação pessoas idosas e suas famílias.

28. Emprego e renda

Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, empreendimentos produtivos solidários, economia solidária, agricultura familiar, dentre outros.

29. Empreendedorismo

Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e pólos tecnológicos, cooperativas e empreendimentos solidários e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios estimulando a pró-ação.

30. Gestão do trabalho

Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, incubadora de cooperativas populares, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, dentre outros).

31. Gestão informacional

Sistemas de fornecimento e divulgação de informações econômicas, financeiras, físicas e sociais das instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

32. Gestão institucional

Estratégias administrativas e organizacionais em órgãos e instituições públicas, privadas e do terceiro setor, governamentais e não governamentais.

33. Gestão pública

Sistemas regionais e locais de políticas públicas; análise do impacto dos fatores sociais, econômicos e demográficos nas políticas públicas (movimentos populacionais, geográficos e econômicos, setores produtivos); formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam nos sistemas públicos (atuais ou potenciais).

34. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares

Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG s, OSCIP s, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros.

35. Desenvolvimento tecnológico

Processos de investigação e produção de novas tecnologias, técnicas, processos produtivos, padrões de consumo e produção (inclusive tecnologias sociais, práticas e protocolos de produção de bens e serviços); serviços tecnológicos; estudos de viabilidade técnica, financeira e econômica; adaptação de tecnologias.

36. Desenvolvimento de produtos

Produção de origem animal, vegetal, mineral e laboratorial; manejo, transformação, manipulação, conservação e comercialização de produtos e subprodutos.

37. Inovação tecnológica

Introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas a serem implementadas em produtos ou processos existentes nas diversas áreas do conhecimento. Considera-se uma inovação tecnológica de produto ou processo aquela que tenha sido implementada e introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo).

38. Propriedade intelectual e patente

Processos de identificação, regulamentação e registro de direitos autorais e outros sobre propriedade intelectual e patente.

39. Saúde animal

Processos e metodologias visando a assistência à saúde animal: prevenção, diagnóstico e tratamento; prestação de serviços institucionais em laboratórios, clínicas e hospitais veterinários universitários.

40. Saúde humana

Promoção da saúde das pessoas, famílias e comunidades; humanização dos serviços; prestação de serviços institucionais em ambulatórios, laboratórios, clínicas e hospitais universitários; assistência à saúde de pessoas em serviços especializados de diagnóstico, análises clínicas e tratamento; clínicas odontológicas, de psicologia, dentre outras.

41. Saúde da família

Processos assistenciais e metodologias de intervenção para a saúde da família.

42. Saúde e proteção no trabalho

Processos assistenciais, metodologias de intervenção, ergonomia, educação para a saúde e vigilância epidemiológica ambiental, tendo como alvo o ambiente de trabalho e como público os trabalhadores urbanos e rurais; saúde ocupacional.

43. Endemias e epidemias

Planejamento, implementação e avaliação de metodologias de intervenção e de investigação tendo como tema o perfil epidemiológico de endemias e epidemias e a transmissão de doenças no meio rural e urbano; previsão e prevenção.

44. Fármacos e medicamentos

Uso correto de medicamentos para a assistência à saúde, em seus processos que envolvem a farmacoterapia; farmácia nuclear; diagnóstico laboratorial; análises químicas, físico-químicas,

biológicas, microbiológicas e toxicológicas de fármacos, insumos farmacêuticos, medicamentos e fitoterápicos.

45. Esporte e lazer

Práticas esportivas, experiências culturais, ações físicas e vivências de lazer para crianças, jovens e adultos, como princípios de cidadania, inclusão, participação social e promoção da saúde; esportes e lazer nos projetos político-pedagógico das escolas; desenvolvimento de metodologias e inovações pedagógicas no ensino da Educação Física, Esportes e Lazer; iniciação e prática esportiva; detecção e fomento de talentos esportivos.

46. Segurança alimentar e nutricional

Incentivo à produção de alimentos básicos, auto-abastecimento, agricultura urbana, hortas escolares e comunitárias, nutrição, educação para o consumo, regulação do mercado de alimentos, promoção e defesa do consumo alimentar.

47. Turismo

Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações visando subsidiar o planejamento e implementação do turismo (ecológico, cultural, de lazer, de negócios, religioso, etc) como setor gerador de emprego e renda para os municípios; desenvolvimento de novas tecnologias para avaliações de potencial turístico; produção e divulgação de imagens em acordo com as especificidades culturais das populações locais.

48. Estilismo

Estilismo.

49. Línguas Estrangeiras

Processos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras e sua inclusão nos projetos político-pedagógicos das escolas; desenvolvimento de processos de formação em línguas estrangeiras; literatura; tradução.

50. Metodologias e estratégias de ensino/ aprendizagem

Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.

51. Desenvolvimento humano

Temas das diversas áreas do conhecimento, especialmente de ciências humanas, biológicas, sociais aplicadas, exatas e da terra, da saúde, ciências agrárias, engenharias, lingüística, (letras e artes), visando a reflexão, discussão, atualização e aperfeiçoamento humano.

POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE EXTENSÃO DA UDESC

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO

1. Presencial

Curso cuja carga horária computada é referente a ação na presença de professor / instrutor.

2. A distância

Curso cuja carga horária computada compreende ações realizadas sem presença / supervisão de professor / instrutor (as avaliações podem ser presenciais).

3. De 8 à 30 Horas

Curso cuja carga horária é de 8 a 30 horas.

4. De 31 a 180 Horas

Curso cuja carga horária é de 31 a 180 horas.

5. Curso de Iniciação

Curso que objetiva principalmente oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.

6. Curso de Treinamento e Qualificação Profissional

Curso que objetiva principalmente treinar e capacitar em ações profissionais específicas.

7. Curso de Extensão de Educação Continuada

Curso que objetiva principalmente reciclar conhecimentos, adquirir ou aprimorar habilidades necessárias ao bom desempenho profissional.

Observação: De acordo com a Resolução nº 001/2004 - CONSEPE, que dispõe sobre a Pós-Graduação Lato-Sensu na UDESC, os cursos com carga horária acima de 180 horas devem ser aprovados como Cursos de Atualização e acima de 360 horas como Cursos de Aperfeiçoamento ou de Especialização.

POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE EXTENSÃO DA UDESC

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE EVENTOS

1. Congresso

Evento de extensão de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.

Observação: realizado como um conjunto de ações, como mesas-redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/workshop; os cursos incluídos no congresso de extensão, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registrados e certificados como curso. Incluem-se nessa classificação eventos de grande porte, como conferência nacional de ..., reunião anual de..., etc.

2. Seminário

Evento de extensão de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião.

3. Ciclo De Debates

Encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de...

4. Exposição

Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.

5. Espetáculo

Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.

6. Evento Esportivo

Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.

7. Festival

Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.

8. Campanha

Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido.

POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE EXTENSÃO DA UDESC

ANEXO IV

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Consultoria

Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ou temas específicos.

2. Assessoria

Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.

3. Curadoria

Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.

4. Serviço Eventual/Outros

Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.

5. Consultas Ambulatoriais

Consulta ambulatorial ou domiciliar programado prestado por profissionais da área da saúde.

6. Consultas de Emergência e Urgência

Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).

7. Internações

Atendimento a pacientes internados.

8. Cirurgias

Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).

9. Exames Laboratoriais

Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.

10. Exames Complementares

Radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

11. Atendimento em Saúde Humana

12. Outros atendimentos

Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

13. Atendimento em Saúde Consultas Ambulatoriais

Atendimento ambulatorial a animais.

14. Internações

Assistência veterinária a animais internados.

15. Cirurgias

Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais).

16. Animal Exames Laboratoriais e Complementares

Exames de patologia clínica e anátomo-patologia; radiologia, ultra-sonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

17. Laudos Técnicos

Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da IES, que oferecem serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.

18. Atendimento Jurídico e Judicial

Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.

19. Espaços e Museus Culturais

Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.

20. Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia

Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.

21. Cineclubes

Atendimento ao público em cineclubes das IES.

22. Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia

23. Outros Espaços

Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

24. Depósito de Patentes e Modelos de Utilidade

Depósitos e registro de patentes.

25. Registro e Marcas e Software

Registro de marcas e softwares.

26. Contrato de Transferência de Tecnologia

Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.

27. Ações de Propriedade Intelectual Registro de Direitos Autorais

Registro de direitos autorais.

POLÍTICA, NORMAS E PROCEDIMENTOS DE EXTENSÃO DA UDESC

ANEXO V

CLASSIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DE PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO

1. Livro

Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui traduções de livro.

2. Anais

Anais de eventos de extensão publicados.

3. Capítulo De Livro

Produção efetivada (não incluir no prelo); inclui composições e arranjos editados e divulgados.

4. Artigo

Inclui: artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e trabalhos completos em congressos publicados em Anais.

5. Comunicação

Inclui: Comunicações e resumos publicados em Anais de eventos científicos.

6. Manual

Inclui: Cartilhas, Livrete ou Libreto, Fascículos, Cadernos, Boletins

7. Jornal

Periódico de divulgação de notícias, entrevistas, comentários e informações. Inclui Boletim.

8. Revista

Revistas e periódicos editados.

9. Relatório Técnico

Textos completos voltados para divulgação restrita: publicações ou relatórios de produção, relatório de tecnologias e de metodologias de extensão, teses e dissertações de docentes, memoriais de concursos, relatórios técnicos.

10. Produto Audiovisual – Filme

Filmes produzidos pelas IES

11. Produto Audiovisual – Vídeo

Vídeos produzidos pelas IES

12. Produto Audiovisual Cd s

CD s produzidos pelas IES

13. Produto Audiovisual – DVD

DVD s criados pelas IES.

14. Produto Audiovisual – Outros

Outros produtos audiovisuais não classificados nos itens anteriores. Inclui: fitas cassetes, discos, etc.

15. Programa de Rádio

Programas produzidos com caráter de difusão em Rádio.

16. Programa de Tv

Programas produzidos com caráter de difusão em TV.

17. Aplicativo para Computador

Softwares produzidos pelas IES.

18. Jogo Educativo

Jogos educativos criados ou produzidos pelas IES.

19. Produto Artístico

Inclui: partituras, arranjos musicais, gravuras, textos teatrais, entre outros.

20. Outros

Outras publicações e produtos acadêmicos não classificados nos itens anteriores.

ANEXO B
PORTARIA Nº 1192/2010

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Portaria: 1192/10
Data Publicação:
23/08/2010

Assunto:Designa Núcleo Projeto RONDON
Diário Oficial : 18.916

PORTARIA Nº 1192, de 18/08/2010.

O Reitor da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC no uso de suas atribuições constantes dos incisos VII e XVII, do artigo 28 do Estatuto da UDESC
RESOLVE:

Art. 1º - Designa, os seguintes servidores para comporem o Núcleo do Projeto **RONDON**, que coordenarão as atividades do mesmo, no âmbito da UDESC:

Nome – Matrícula:

Alfredo Balduino Santos – 346439-3-02

Marino Tessari – 236731-9-01

Valdésio Benevenuto – 256974-4-02

Solange Cristina da Silva – 332240-8-03

Fabio Manoel Caliaro – 358358-9-02

Arlindo Costa – 170518-0-03

Arnaldo José de Lima – 251039-1-01

Vera Márcia Marques Santos – 339804-8-02